



N.º 15

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE
SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E
TRÊS / DO MANDATO 2021/2025.**

1 Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas,
2 Sala de Reuniões da CIMAC, reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte
3 **Ordem do Dia:**

4
5 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

6
7 **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

8
9 **A) Proposta de aprovação da Ata número 13 da sessão ordinária de 28 de abril de**
10 **2023.**

11
12 **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

13
14 Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal apresentou os
15 seguintes pontos:

- 16
17 **1. Criação da Assembleia Municipal Jovem;**
- 18 **2. Ratificação dos representantes das Juntas / União de Freguesia ao**
19 **XXVI Congresso da Associação dos Municípios Portugueses.**

20
21 Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresentou os seguintes
22 pontos:

- 23
24 **3. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município,**
25 **bem como a situação financeira do mesmo (para conhecimento);**
- 26 **4. Regulamento do Parque de Estacionamento Municipal da Praça**
27 **Joaquim António de Aguiar;**
- 28 **5. Autorização Prévia dos Investimentos a financiar por recurso a**
29 **Empréstimo de Médio e Longo Prazo;**
- 30 **6. Relatório de Avaliação Final do Plano Municipal para a Igualdade e**
31 **Não Discriminação (para conhecimento);**
- 32 **7. Relatório Trimestral de Gestão e de Execução Orçamental | 1º trimestre**
33 **de 2023 da Habévora (para conhecimento);**
- 34 **8. 14º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro | junho de**
35 **2023 (para conhecimento).**

36
37 **IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.**

38
39 Aberta a sessão, o **Presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou o senhor Presidente
40 da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público presente, os que
41 acompanham remotamente e todos os técnicos e funcionários que acompanham a Sessão.

- 1 Estiveram presentes os membros da Mesa:
2 **Presidente - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**
3 **1º Secretário - Ananias Delfim Courelas Quintano**
4 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**
5
6 **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos Deputados Municipais
7 eleitos, verificando as seguintes **Presenças**:
8 - Maria Clara Canotilho Grácio
9 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos
10 - Paula Cristina Nobre de Deus
11 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)
12 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
13 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
14 - Natanael José Carvalho da Vinha
15 - José Maria Rodrigues Figueira
16 - Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição de Maria Cristina Correia Santos Mata)
17 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
18 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo
19 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
20 - João Francisco Baeta Rebocho Simas (em substituição de Gertrudes da Conceição
21 Gomes Pastor)
22 - Luís Maria Nunes dos Santos
23 - Bruno Manuel dos Santos Martins
24 - João Manuel Banha Correia (em substituição de Joaquim José Pombinho Faria)
25 - António João Tonaco Gavela
26 - Maria João Marques de Sousa Candeias (em substituição de Ana Beatriz Mayorga Perez
27 Cardoso)
28 - Luís Carlos Fialho Pardal
29 - Bernarda Julieta da Noite Cota
30 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
31 - Joaquim António Filipe Pimpão
32 - Redolfo Constantino Pereira
33 - Francisco Manuel Branco de Brito
34 - Ivete Rosa Maximino (em substituição de José Vitorino Piteira)
35 - David Miguel Mirrado Lopes
36 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
37 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
38 - Isidro José de Oliveira Lobo
39 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso
40
41 A Câmara Municipal fez-se representar por:
42 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
43 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita (em substituição de José Gabriel Paixão
44 Calixto)
45 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
46 - Alexandre Manuel Rosa Varela
47 - Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico
48 - João António Velhinho Simões (em substituição de Florbela da Luz Descalço
49 Fernandes)
50
51 **Ausente:**
52 - Patrícia José Correia Raposinho

1 I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

2
3 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público e
4 questionou se alguém pretendia intervir, tendo registado um pedido.

5
6 O Município **Senhor José António Monteiro Antunes** cumprimentou todos os presentes e
7 informou que reside no Bairro da Senhora da Saúde, na Rua São João nº 28, e disse que o
8 assunto é sobre as águas pluviais naquela Rua, porque já noutra Assembleia Municipal
9 apresentou aquele caso, foi-lhe pedido o contacto para depois falarem com ele sobre alguma
10 coisa que poderia vir a ser ou não feita, mas até aquele momento ninguém o contactou,
11 portanto, pretendia saber se está alguma coisa em curso ou não.

12
13 **O Presidente da Câmara** começou por saudar todos os presentes e informou que aquele
14 assunto foi encaminhado para os serviços, com a orientação de que fosse feito o estudo e
15 dada uma informação ao município, mas que naquele momento não estava em condições de
16 dizer o que é que se passou, pelo que se comprometeu, durante a próxima semana, contactar
17 os serviços respetivos para saber em que ponto está aquele processo.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de
20 intervenção, deu por terminado o Período de Intervenção do Público, e antes de dar início ao
21 Ponto II pediu desculpa aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora
22 Machede, de São Miguel de Machede, da Azaruja e de São Manços, pelos convites para as
23 suas Festas, mas que não-lhe foi possível estar presente.

24 II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

25 A) Proposta de aprovação da Ata número 13 de 28 de abril de 2023.

26 **Deliberação da Ata nº 13 de 28-04-2023:**

27 **Aprovada por unanimidade.** Os deputados municipais Ananias Delfim Courelas Quintano
28 (PS), Joaquim António Filipe Pimpão (CDU), David Miguel Mirrado Lopes (MICAZA),
29 João Manuel Banha Correia (MCE), João Francisco Baeta Rebocho Simas (CDU), Lúcio
30 Gabriel Ludovico Guerreiro (PS), Bernarda Julieta da Noite Cota (PS), Maria João Marques
31 de Sousa Candeias (PS), Paula Cristina Nobre de Deus (PS), Ivete Rosa Maximino (MMPI)
32 e Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso (CHEGA), não votaram por não terem estado
33 presentes na sessão a que a Ata diz respeito.
34

35
36 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que receberam 1 Recomendação, 2
37 Votos de Pesar e 1 Moção, e seguindo a ordem que-lhe foi presente, e solicitou à bancada da
38 Coligação Mudar com Confiança que procedesse à apresentação da Recomendação
39 “Orçamento Municipal para 2024”.

40
41 **O deputado Francisco Figueira** procedeu à leitura da Recomendação à Assembleia, a qual
42 se transcreve na íntegra:

43 *“Tendo em consideração que o orçamento para o ano de 2023 foi aprovado nesta
44 Assembleia Municipal apenas no dia 03 de março de 2023, e considerando que o Regime
45 Financeiro das Autarquias Locais, determina que seja entregue na Assembleia Municipal
46 até dia 30 de novembro:*

47 *- A Assembleia Municipal de Évora, reunida em 29 de setembro de 2023, recomenda ao
48 executivo CDU que preside à Câmara Municipal de Évora, que cumpra o Regime*
49
50

1 *Financeiro das Autarquias Locais, entregando na Assembleia Municipal de Évora o*
2 *orçamento para 2024, dentro do prazo legal, até ao dia 30 de novembro de 2023.”*
3

4 **O deputado Francisco Figueira** referiu que a recomendação apresentada tem a ver com o
5 processo orçamental de 2024, em que recomendam ao Executivo da CDU que apresente
6 àquela Assembleia o Orçamento Municipal até ao dia 30 de novembro porque, como é
7 sabido, a Lei o determina. Recordou que o Orçamento que está em curso foi aprovado apenas
8 no dia 3 de março de 2023 e, portanto, entendem como útil naquele momento e naquela
9 oportunidade recomendar à Câmara Municipal que cumpra a Lei e permita à Assembleia
10 Municipal pronunciar-se em devido tempo, porque não é conciliável com as necessidades
11 do Município que se passe praticamente o primeiro trimestre do exercício sem um orçamento
12 devidamente aprovado.
13

14 **O Presidente da Câmara** em relação àquela Recomendação, recordou que a Câmara
15 Municipal tem a correlação de forças que é conhecida, que o processo de aprovação não
16 apenas do Orçamento mas também das Opções do Plano, que é um documento também
17 obrigatório para ser apresentado e um dos documentos fundamentais para o ano civil em
18 causa, exige uma negociação entre as forças políticas que permita, ou não, viabilizar o
19 documento e lembrou que no primeiro ano de mandato foi apresentada a proposta dentro
20 do período que estava previsto, mas as negociações depois se arrastaram e o Orçamento e as
21 Opções do Plano foram aprovadas ainda mais tarde.
22

23 Disse ainda que no ano anterior optou por uma solução diferente como metodologia de
24 trabalho, que foi solicitar primeiro as propostas aos Partidos políticos para procurar integrar
25 na proposta a apresentar e ser mais fácil fazer a negociação, mas também não se revelou
26 eficaz e, portanto, o que está naquele momento preparado é que a Câmara possa cumprir o
27 que a Lei determina, no entanto para ser apresentada à Assembleia Municipal no dia 30, a
28 Câmara tem que aprovar as Opções do Plano e o Orçamento.
29

30 Transmitiu a informação que deu na última reunião de Câmara sobre a preparação dos
31 documentos, que começou no passado dia 19 de setembro com a reunião do Concelho
32 Coordenador da Câmara, para os serviços prepararem as propostas para integrar as Opções
33 do Plano e Orçamento que depois serão discutidas até por volta do dia 27 de outubro, pelo
34 que se prevê a entrega da proposta às forças políticas até ao dia 31 de outubro, o que significa
35 que terão cerca de 20 a 23 dias para fazerem a negociação e admitindo que a negociação
36 permitirá a viabilização haverá a reunião de Câmara no dia 29 de Novembro para deliberar
37 sobre a proposta e se for aprovada no dia 30 de novembro será apresentada à Assembleia
38 Municipal, portanto, a situação tem a ver com a correlação de forças que têm na Câmara e
39 dependerá de haver, ou não, a viabilização das Opções do Plano e Orçamento na Câmara
40 Municipal.
41

42 **O deputado Gonçalo Costa** começou por cumprimentar todos os presentes e disse que a
43 responsabilidade de criar condições políticas para ter um Orçamento aprovado compete ao
44 Senhor Presidente da Câmara e ao seu Executivo Municipal, portanto, todos sabem as datas
45 que estão previstas na Lei, os compromissos que o Município deverá cumprir e a
46 responsabilidade do Município em garantir que até dia 30 de novembro o Orçamento tenha
47 condições políticas de ser aprovado. Lembrou que existe uma relação de forças na Câmara
48 Municipal naquele momento que obriga o Executivo liderado pela CDU a negociar com o
49 PSD, com o PS e com o Movimento porque essa foi a vontade popular e, portanto, aquilo
50 que ouviu é já um pré discurso de desculpabilização para o não cumprimento das obrigações
51 e responsabilidades do Município relativamente ao cumprimento dos prazos.

1 Relembrou que no ano passado aprovaram o Orçamento no dia 3 de março de 2023, já iam
2 quase no início do segundo trimestre do ano, e espera realmente que este ano tal não
3 aconteça, reforçou que a Bancada Municipal do Partido Socialista iria apoiar aquela Moção
4 da Coligação PPD/PSD-CDS, reiterando e reforçando aquilo que é uma obrigação do
5 Município, que é uma obrigação do Senhor Presidente da Câmara, que é criar as condições
6 políticas para a aprovação do Orçamento e é isso que o Partido Socialista insta ao Senhor
7 Presidente que desde já comece a trabalhar naquele processo de modo a que até dia 30 de
8 novembro se cumpra a Lei, que é a obrigação de todos.

9
10 **A deputada Elmina Lopes** informou que a CDU se vai abster naquela Moção, e disse que
11 pedir à Câmara para cumprir a Lei quando a Câmara habitualmente cumpre a Lei, que a
12 Câmara tem quatro forças políticas na sua composição e que todas deviam confluir no
13 cumprimento da Lei e, portanto, pensam que é perder tempo com aquela Moção.

14
15 **O deputado Natanael Vinha** saudou todos os presentes e disse que aquela Recomendação
16 apresentada a propósito do Orçamento Municipal de 2024 era escusada porque se os prazos
17 tivessem sido cumpridos no passado ninguém se lembraria de a fazer e também porque
18 quando fizeram a pré-alendarização das reuniões da Assembleia Municipal no ano passado
19 aquele assunto foi bastante focado, portanto, já não é a primeira vez que o assunto é ali
20 focado e era escusada se tivessem sabido daquela calendarização que o Senhor Presidente
21 da Câmara agora lhes apresentou.

22 Sobre ter referido uma reunião de um Concelho Coordenador da Câmara, mas que não
23 conhece aquele órgão, não crê que esteja previsto na Lei, nunca dele tinha ouvido falar,
24 nunca viu nenhum relatório ou documento produzido por aquele Concelho Coordenador, até
25 pode ter sido porque sua distração, mas quando o Senhor Presidente fez a sua intervenção
26 estava atento e chamou-lhe a atenção e, se por acaso lhe escapou alguma coisa, agradecia
27 que o esclarecesse e lhe dissesse do que é que se trata, quem é que o integra, se tem Atas, se
28 já produziu algum documento, enfim, o que é que é que porque não conhece e pelos vistos
29 estão dependentes dele para haver o Orçamento ou para começar o processo do Orçamento.
30 Referiu estar certo de que depois de tudo aquilo que lhes foi dito e sendo aquela Moção
31 aprovada, pelos vistos também ninguém se opôs a que ela exista, já sabem que vão existir
32 votos a favor e abstenções, mas ninguém é contra e, portanto, aquela Recomendação será
33 cumprida e no dia 30 de novembro a Assembleia Municipal receberá o Orçamento aprovado
34 ou chumbado na Câmara, ficarão a conhecê-lo na integra, independentemente de qual seja o
35 seu destino, e os serviços da Assembleia Municipal terão tempo de ainda os remeter aos
36 membros da Assembleia Municipal dentro do prazo calendarizado.

37
38 **O deputado Francisco Figueira** pretendeu registrar duas situações, a primeira pela sua
39 estupefação face à abstenção da Bancada da CDU quanto a uma Moção que recomenda à
40 Câmara que cumpra a Lei, considerando que devem registrar na Cidade e que é
41 incompreensível. A segunda pela sua preocupação com o que Senhor Presidente acabou de
42 anunciar à Cidade, que a reunião da aprovação do Orçamento seria no dia 29 de novembro,
43 o que significaria que o Senhor Presidente da Câmara iria convocar a Câmara no último dia
44 de prazo útil para se poder aprovar aquele Orçamento, e sendo certo que a correlação de
45 forças é aquela que é conhecida, teme que a calendarização que propôs não seja a mais eficaz
46 para o objetivo que pretendem cumprir. Disse que aproveitava para fazer uma pergunta sobre
47 os rumores que correm de que o Senhor Presidente seria o candidato da CDU à Câmara de
48 Montemor-o-Novo em 2025 e, portanto, questionou se podia garantir à cidade de Évora que
49 se manterá em funções até outubro de 2025.

50

1 **O deputado Paulo Ribeiro** começou por cumprimentar todos os presentes e disse que da
2 parte da sua Bancada gostariam, em primeiro lugar, de saudar pelo documento produzido
3 pela Coligação Mudar com Confiança, que percebem a recomendação e a informação que
4 nela está esplanada, mas gostariam de tecer algumas considerações que também lhes
5 parecem importantes porque, em primeira instância, sabem que o processo envolve enorme
6 complexidade. Referiu que também não estão confortáveis com o que se passou referente ao
7 orçamento 2022 aprovado no dia 3 de março. Realçou que da parte da sua Bancada, e gostaria
8 de deixar ali quase um duplo sublinhado, não deve constituir referencial e muito menos
9 constituir uma boa prática, ou seja, deveriam em tempo útil entenderem que o Orçamento
10 Municipal é um instrumento fundamental de gestão do Município, por conseguinte
11 gostariam também de deixar ali a palavra da sua Bancada nesse sentido. Disse ainda que lhe
12 parece quase um pouco redundante a recomendação dar nota que existe uma Legislação,
13 portanto, entre aspas, cumpra-se e faça-se cumprir, mas em virtude daquilo que elencou o
14 Movimento Cuidar de Évora irá votar favoravelmente.

15
16 **O deputado Bruno Martins** cumprimentou todos os presentes e referiu que ouvindo aquela
17 discussão, e as discussões que têm marcado aquele mandato, a única coisa que se questiona
18 é exatamente o questionou no primeiro dia quando tomou posse, se há algum membro na
19 Câmara Municipal de Évora, algum dos sete e das forças políticas que integram, que tem
20 vontade de negociar ou se estão apenas a fazer um jogo de quem é que ganha quando a
21 negociação não vai avante e acha aquilo só triste só triste, acha que é um jogo que pode valer
22 votos mas que implica muito pouca responsabilidade das forças políticas que integram
23 Câmara Municipal de Évora, uma CDU que apresenta os documentos em cima da hora mas
24 não vê a oposição com vontade negociar, aliás, vê a oposição a tentar ver qual é a melhor
25 altura para fazer cair o Executivo ou para criar uma crise para poder retirar dividendos, e
26 acha que não foi para isso que foram eleitos e eleitas, foi para tentarem apresentar propostas,
27 negociar de forma séria, e é para isso que o Bloco de Esquerda lá está, tendo em conta a
28 correlação de forças existentes, têm noção que não têm acento da Câmara Municipal de
29 Évora, mas da parte do BE contarão com as suas propostas em tempo útil e espera que todos
30 os partidos o façam da mesma forma, de forma responsável, que é algo que, sinceramente,
31 não tem visto.

32
33 **O Presidente da Câmara** relativamente à intervenção do deputado do PS, Gonçalo Costa,
34 disse que sublinhou exatamente as suas últimas palavras, que a responsabilidade é de todos,
35 e, portanto, isso implica que na situação que têm, não passarão umas Opções do Plano que
36 tenham apenas os votos de uma força política, e se não houver viabilização isso significa
37 uma responsabilidade de todos relativamente àquela matéria.

38
39 Relativamente às questões colocadas pelo membro da Assembleia Municipal Natanael
40 Vinha, o Concelho Coordenador é um órgão informal da Câmara que junta todos os
41 dirigentes do Município para coordenar as atividades do Município, não é um órgão formal
42 do município mas é um órgão que permite fazer essa coordenação e permite exatamente
43 colocar ah calendários, por exemplo, para tratar das Opções do Plano e Orçamento, ou para
44 tratar, por exemplo, da Feira de São João, ou outros assuntos que exigem a coordenação de
45 vários serviços da Câmara e a reunião do Concelho Coordenador que ocorreu a 19 de
46 setembro, foi nessa reunião que foram dadas orientações para que os dirigentes comessem
47 a preparar as Opções do Plano e Orçamento, que têm que apresentar enquanto propostas dos
48 serviços, para depois ser elaborada a proposta que será apresentada para a discussão, é o
49 trabalho normal, os serviços primeiro prepararam-se, reúnem-se depois, há de haver um
50 conjunto de propostas que excedem largamente as condições orçamentais e depois há que
51 definir as prioridades, é o trabalho normal que é feito ao longo dos anos.

1 Reafirmou que foi claro no que disse quanto à apresentação de uma proposta às forças
2 políticas o mais tardar no dia 31 de outubro e, portanto, haverá possibilidades de negociar
3 aquela proposta, se quiserem cumprir o calendário, durante 20 ou 23 dias porque, como se
4 sabe, para se apresentar o documento na reunião de Câmara há um prazo que tem que ser
5 cumprido e por isso é que se marca exatamente a reunião de Câmara não para o último dia
6 mas para o penúltimo dia que a Lei permite, no sentido de permitir que esse prazo seja
7 cumprido e que entretanto tenho havido negociações para a possibilidade de viabilização, ou
8 não, das Opções do Plano e Orçamento, e se a Câmara aprovar, como a Lei determina, será
9 apresentado no dia 30, se não aprovar não pode apresentar, não há proposta e essa é que é a
10 questão que se coloca, mas a Lei depois diz que a Assembleia Municipal durante o mês de
11 dezembro marcará a reunião para discutir a proposta que for apresentada, é isso que propõe
12 relativamente ao calendário que deixou na Câmara e deixou ali, e convidou para, se as forças
13 políticas entenderem naquela fase o que não aconteceu no ano passado, apresentarem já
14 propostas para serem tidas em conta no âmbito da elaboração daquele primeiro documento,
15 naturalmente considerarão e depois terão a segunda fase de negociação.

16
17 Quanto aos rumores, disse que lhe chegam muito rumores que não comenta, e esclareceu
18 que quando tomou Posse disse que cumpriria o Mandato até ao final e que costuma cumprir
19 o que diz.

20
21 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que nos dois processos de elaboração do Orçamento
22 Municipal dos anos anteriores o Partido Socialista sempre teve uma postura de grande
23 responsabilidade, como está patente nas votações que fizeram naqueles dois Orçamentos,
24 sempre apresentou propostas construtivas e contribuiu de forma ativa e construtiva na
25 elaboração do Orçamento, portanto, aquilo que têm feito ao longo de todo este processo foi
26 exatamente isso, uma posição responsável, uma posição construtiva, colocando sempre a
27 Cidade e os Eborenses acima de qualquer interesse partidário ou política e, portanto, aquilo
28 que uma vez mais instam o Senhor Presidente é que atempadamente em sede com as outras
29 forças políticas, incluindo obviamente o Partido Socialista, com os vereadores um processo
30 negocial e um processo de construção conjunto, tendo em consideração a relação de forças
31 que existe na Câmara Municipal respeitando, daquela forma também as propostas que são
32 apresentadas pelas forças políticas, porque todas as forças políticas pensa que querem o
33 mesmo, que é o desenvolvimento de Évora, uma cidade melhor para todos os Eborenses, por
34 isso é que insta o Senhor Presidente a que comece o mais rapidamente possível aquele
35 processo negocial, respeitando obviamente essa relação de forças, e acolhendo as propostas
36 que as outras forças políticas vão fazer chegar certamente.

37
38 **O deputado João Simas** começou por saudar todos os presentes e disse que estranhou
39 aquela Recomendação porque ela diz para se cumprir a Lei e qual é a necessidade, porque a
40 Câmara e Assembleia Municipal são órgãos coletivos e todos têm o direito e o dever de
41 participar naquelas questões do Orçamento e em todas as atividades do Município, portanto,
42 não é uns estarem de um lado e outros estarem do outro. Quanto aos rumores, considerou
43 também um bocado estranho porque fica toda a gente sobe suspeita e teria que se perguntar
44 a todos os membros da Câmara o que é que irão fazer daqui a uns tempos, o que é que os
45 membros da Assembleia Municipal irão fazer daqui uns tempos, e pensa que a Assembleia
46 Municipal não deve servir para as pessoas estarem sobre suspeita.

47
48 **O deputado Francisco Figueira** quanto ao processo Orçamental, recordou que a Coligação
49 em 2022 apresentou 35 propostas para o Orçamento Municipal e em 2023, como em 2022
50 as coisas não correram bem, reforçaram a sua proposta e fizeram 60 propostas concretas, que
51 são do conhecimento do Senhor Presidente, são aliás do conhecimento e em tempo foram

1 publicamente apresentadas, mas julga que é o momento oportuno para recordar a Évora e à
2 Cidade e aos Eborenses que da sua parte contam com a máxima responsabilidade e que mais
3 uma vez assim será, sendo certo que naturalmente respeitando as diferenças que existem de
4 projeto entre as várias forças políticas, se não houver uma garantia efetiva de cumprimento
5 daquilo que é a nossa visão para a cidade, ou de parte dela, naturalmente não poderão contar
6 com eles, e isso depende de quem preside à Câmara porque a responsabilidade de apresentar
7 a proposta e o orçamento é do Executivo Municipal e eles desde a primeira hora que se
8 disponibilizaram para garantir a governabilidade dentro do quadro institucional e da
9 correlação de forças que existe na Câmara e não no quadro de correlação de forças que a
10 CDU pretendia naquele momento e que continua a pretender.

11
12 **O Presidente da Câmara** recordou que de facto na Câmara todas as forças políticas têm
13 apresentado propostas no processo negocial, que tem sido respondidas por escrito pelo
14 Presidente da Câmara identificando aquilo que considera que é aceitável ou não é aceitável,
15 que pode ser integrado ou não é possível entregar e, portanto, é isso que fazem naquele
16 processo porque para além da negociação normal, verbal, que há nas reuniões, haver um
17 documento escrito que permita estabilizar as posições de cada um, é importante.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Senhor Presidente e
20 dos eleitos e não verificando mais pedidos, submeteu a presente Recomendação a votação.

21 **Deliberação da Recomendação “Orçamento Municipal para 2024”:**

22 **Aprovada por maioria**, com 25 votos a favor (13 do PS, 5 da Coligação Mudar com
23 Confiança, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MICAZA, 1 do MMPI e 1 do Chega) e 8 votos contra
24 da CDU, com 33 presenças verificadas.

25
26
27 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da CDU que procedesse à
28 apresentação do **Voto de Pesar pelo falecimento de José Ferreira Nunes Bizarro**.

29
30 **A deputada Lília Fidalgo** procedeu à leitura do Voto de Pesar à Assembleia, o qual se
31 transcreve na íntegra:

32 *“José Ferreira Nunes Bizarro, militante e intelectual comunista, nascido em Vila Velha de*
33 *Rodão, em 1941, há muitos anos a residir em Évora, faleceu, no passado dia 21 de setembro,*
34 *aos 81 anos.*

35 *José Bizarro era licenciado em pintura pela Escola de Belas Artes do Porto tendo sido*
36 *agraciado com o prémio da Fundação Eng.º António Almeida do Porto, atribuído à melhor*
37 *classificação no curso de Pintura em 1972. Exerceu a sua atividade sobretudo no ensino*
38 *das artes visuais. Foi autor de programas do ensino básico e secundário, professor de*
39 *diversos níveis de ensino e orientador pedagógico do ensino secundário. A partir de 1981,*
40 *entrou nos quadros da Inspeção Geral da Educação tendo integrado equipas de elaboração*
41 *de programas, de avaliação do funcionamento das escolas e de acompanhamento de*
42 *experiências de novos programas curriculares. Publicou artigos sobre Educação e*
43 *Linguagem Visuais em diversos jornais e revistas.*

44 *Como homem da cultura a sua atividade não se limitou às belas artes, foi cofundador do*
45 *Cineclube de Portalegre, em 1960, tem participação como ator nos filmes Veredas de João*
46 *César Monteiro, de 1975 e Moura Encantada de Manuel Costa e Silva, com guião de*
47 *António Borges Coelho, de 1981. Tem colaboração poética dispersa por diversos jornais e*
48 *revistas, integra a Antologia de Poesia Cadernos ALFA, edição de AMITICIA, Grupo*
49 *Cultural de Portalegre (1964), a Antologia Poesia Portuguesa do Pós-Guerra de Afonso*
50 *Cautela (1965) e a Antologia Poetas Alentejanos do séc. XX de Francisco Dias da Costa,*
51 *Edições Ulisseia, Coleção Poesia e Ensaio (1984). Sempre que o tempo lhe permitia*

1 *dedicava-se à pintura, participou em várias exposições coletivas e individuais expondo a*
2 *sua obra um pouco por todo o Alentejo.*

3 *Antes do 25 de Abril participou em várias ações na resistência ao regime fascista. Foi um*
4 *firme apoiante da Reforma Agrária, participando em várias ações de solidariedade,*
5 *incluindo com participação ativa nas Conferências da Reforma Agrária.*

6 *A sua obra ficará indelevelmente ligada aos valores e às conquistas da Revolução do 25 de*
7 *Abril do qual, enquanto as forças o permitiram, foi um defensor empenhado e participante.*

8 *Em Évora foi Diretor do antigo Magistério Primário, foi Inspetor da Educação e foi um*
9 *membro ativo do Poder Local Democrático, onde teve várias responsabilidades entre as*
10 *quais a de Presidente da Assembleia Municipal de Évora.*

11 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida em sessão ordinária, no dia 29 de setembro de*
12 *2023, expressa o seu pesar pelo falecimento de José Bizarro, endereça aos seus familiares*
13 *e ao PCP as suas condolências e respeita um minuto de silêncio em sua memória.”*

14
15 **O deputado Isidro Lobo** começou por cumprimentar todos os presentes e em relação àquela
16 Moção relembrou que há 35 anos José Bizarro escolheu a sua Freguesia para viver com a
17 família e que uma das suas filhas ainda lá reside.

18 Recordou que foi seu companheiro de sempre em todas as reuniões da Aldeia, fossem elas
19 de carácter cultural ou outro, em que ele e a sua família faziam questão de estar presentes, e
20 sabe que as pessoas que hoje normalmente procuram as nossas aldeias refugiam-se muitas
21 vezes no seu cantinho e não participam na vida coletiva das localidades, o que não foi o caso
22 daquela família. Realçou que foi com grande tristeza que perdeu aquele amigo Bizarro,
23 aquele vizinho, como lhe chamava porque morava na casa mesmo ao lado da Junta de
24 Freguesia, e também endereçar as condolências à família a partir dali e agradecer o respeito
25 de todos por aquela figura importante.

26
27 **O deputado Francisco Figueira** referiu que conheceu bem José Bizarro, que tinha por ele
28 um respeito intelectual e sobretudo um respeito pela coragem cívica que sempre demonstrou,
29 e disse que já o conheceu naturalmente numa fase adiantada da vida dele, dada a diferença
30 de idades, mas quis dali endereçar à família de José Bizarro as mais sentidas condolências e
31 que, naturalmente, o PSD votaria a favor daquela Moção.

32
33 **A deputada Paula de Deus** informou que a Bancada do Partido Socialista se associava às
34 palavras que já aqui foram proferidas pelos membros das outras Bancadas e presta sentidas
35 condolências à família, desde já manifestando a sua solidariedade e a devida homenagem.

36
37 **O deputado Paulo Ribeiro** disse que o Movimento Cuidar de Évora se associava à nota de
38 pesar, endereçando também à família e amigos as mais sentidas condolências.

39
40 **A deputada Paula Pita** realçou que para além de ser uma figura, de facto, ímpar da luta
41 contra determinados períodos da nossa História, o facto de ele ter feito parte da Amicita é
42 muito importante para ela porque quer o seu pai, quer o seu tio, fizeram parte daquele Grupo
43 Cultural de Portalegre e, portanto, também se associou pessoalmente.

44
45 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não
46 verificando mais pedidos, submeteu o presente Voto de Pesar a votação.

47
48 **Deliberação do Voto de Pesar pelo falecimento de José Ferreira Nunes Bizarro:**
49 **Aprovada por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

50

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do PS que procedesse à
2 apresentação do **Voto de Pesar e Tributo a Acácio Alferes**.

3
4 **A deputada Paula de Deus** procedeu à leitura do Voto de Pesar e Tributo à Assembleia, o
5 qual se transcreve na íntegra:

6 *“Frutos, dão-os as árvores que vivem,*
7 *Não a iludida mente, que só se orna*
8 *Das flores lívidas*
9 *Do íntimo abismo.*
10 *Quantos reinos nos seres e nas cousas*
11 *Te não talhaste imaginário! Quantos,*
12 *Com a charrua,*
13 *Sonhos, cidades!*
14 *Ah, não consegues contra o adverso muito*
15 *Criar mais que propósitos frustrados! Abdica e sê*
16 *Rei de ti mesmo.”*
17 *Fernando Pessoa*

18
19 **A deputada Paula de Deus** realçou que é com aquele sentimento que a Bancada do Partido
20 Socialista homenageia Acácio Alves, um homem de espírito livre e pediu ao Senhor
21 Presidente um minuto de silêncio em homenagem a Acácio Alferes.

22
23 **A deputada Elmina Lopes** disse que a CDU está solidária e apoia aquele Voto de Pesar a
24 Acácio Alferes uma pessoa por quem tinham elevada consideração, que foi também um
25 pouco tardia a informação que receberam sobre o seu falecimento e que obviamente se irão
26 associar àquele Voto de Pesar e Tributo.

27
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
29 submeteu o presente Voto de Pesar e Tributo a votação.

30
31 **Deliberação do Voto de Pesar e Tributo a Acácio Alferes:**
32 **Aprovada por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

33
34 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do PS que procedesse à
35 apresentação da Moção **“SOS por Táxis para Pessoas com Mobilidade Reduzida”**.

36
37 **A deputada Paula de Deus** procedeu à leitura da Moção à Assembleia, a qual se transcreve
38 na íntegra:

39 *“A Assembleia Municipal de Évora, em representação de todos e de cada cidadão e cidadã,*
40 *vem expor a necessidade urgente de existirem táxis para pessoas com mobilidade reduzida.*
41 *Estes táxis vão permitir o transporte de passageiros na sua própria cadeira de rodas,*
42 *manual ou elétrica, garantindo a segurança, autonomia e dignidade das pessoas que se*
43 *encontram nessa situação.*
44 *Solicitamos a máxima atenção para a inexistência de um apoio que, em consciência,*
45 *abrange todos os cidadãos de Évora. Por infortúnio do destino, por motivo de doença ou*
46 *acidente, qualquer um de nós pode necessitar temporariamente de se deslocar em cadeira*
47 *de rodas. Na certeza que temos no nosso concelho, muitas pessoas com deficiência motora*
48 *e pessoas mais velhas que têm necessidade permanente deste tipo de ajuda técnica. Neste*
49 *momento, muitas destas pessoas padecem num mundo invisível, por não existir um táxi com*
50 *capacidade para as transportar no nosso concelho. Em alguns casos, são motoristas de boa*
51 *vontade que as amparam ou pegam ao colo, se necessário, para as ajudar a sair e a entrar*

1 no táxi, que desmontam a cadeira para a meter e tirar do porta-bagagens e que depois a
2 voltam a montar.

3 *Por ser da competência das câmaras municipais a regulamentação do acesso ao mercado e*
4 *do licenciamento dos veículos afetos ao transporte em táxi, como plasmado no artigo 22.º*
5 *do Decreto-Lei n.º 251/98 de 11 de agosto (alterado pela Lei n.º 156/99, de 14 de setembro,*
6 *pela Lei n.º 106/2001, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 41/2003, de 11 de março, pelo*
7 *Decreto-Lei n.º 4/2004, de 6 de janeiro, pela Lei n.º 5/2013, de 26 de janeiro, e pela Lei n.º*
8 *35/2016, de 21 de novembro).*

9 *Por o artigo 22.º designado Táxis para pessoas com mobilidade reduzida, determinar que:*
10 *1 - Podem ser licenciados táxis para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida,*
11 *desde que devidamente adaptados, de acordo com regras a definir por despacho do diretor-*
12 *geral de Transportes Terrestres. 2 - As licenças a que se refere o número anterior podem*
13 *ser atribuídas pelas câmaras municipais fora do contingente a que se refere o artigo 13.º de*
14 *acordo com critérios a fixar por regulamento municipal, sempre que a necessidade deste*
15 *tipo de veículos não possa ser assegurada pela adaptação dos táxis existentes no concelho.*
16 *Esta Assembleia Municipal vem deliberar para que a Câmara Municipal desencadeie os*
17 *procedimentos que garantam a disponibilidade, no concelho de Évora, de táxis para pessoas*
18 *com mobilidade reduzida.”*

19
20 **O deputado Isidro Lobo** disse que se vão então alterar os táxis para cadeiras de rodas,
21 porque têm dificuldades, então o taxista só vive das cadeiras de rodas e nas outras horas vai
22 fazer outra coisa qualquer. Referiu que sabe que infelizmente há muita gente em cadeira de
23 rodas, mas não são assim tantos que estejam à espera de táxi em qualquer lado.

24 Realçou que é taxista há 42 anos na Cidade e ainda nem ele nem nenhum dos seus colegas
25 deixou nenhum cliente a pé por causa de uma cadeira de rodas porque são obrigados a
26 transportar, e com todo carinho e de todas as idades, e que uma cadeira de rodas tem que
27 caber em todos os carros pelo que não percebe qual é a grande dificuldade, principalmente
28 na Cidade.

29 Mencionou que existem outras situações mais complicadas, que todos os taxistas a nível
30 nacional e as Associações defendem têm debatido com o Governo a questão do transporte
31 de doentes que, como se sabe, não obrigatoriamente com mobilidade reduzida, mas que têm
32 que se deslocar por doenças graves, por exemplo para um Hospital em Lisboa ou em
33 Coimbra e não podem ir sozinhos, então o taxista leva-os e o Estado pagava-lhes conforme
34 paga aos Bombeiros mas há uns anos atrás acabaram com aquela Lei e montaram empresas
35 de transporte nos Bombeiros com umas carrinhas que podem levar todas as cadeiras de rodas
36 e todos os idosos das aldeias gratuitamente, se o quiserem fazer, porque todos os Bombeiros
37 têm variadíssimas carrinhas de todos os tamanhos para fazerem todos aqueles serviços. Disse
38 ainda que se vai opor porque até as coisas serem tecnologicamente evoluídas não vê
39 nenhuma necessidade.

40
41 **O deputado Bruno Martins** referiu que trabalha diariamente com pessoas com mobilidades
42 reduzidas que se deslocam em cadeira de rodas e a primeira coisa que gostaria de esclarecer
43 é que as pessoas se deslocam em cadeira de rodas não são doentes, são cidadãos que têm
44 uma incapacidade, e como qualquer outra pessoa precisam de se deslocar para irem onde
45 quer que seja, portanto, não estão a falar de transporte doentes, estão a falar de transporte de
46 cidadãos, de um transporte público em particular, que têm uma incapacidade. Esclareceu
47 que os táxis adaptados para cadeira de rodas também servem para transportar pessoas que
48 não se deslocam em cadeira de rodas, é apenas uma adaptação na mala da carrinha que
49 permite a entrada da cadeira de rodas, até porque nem todas as cadeiras de rodas se podem
50 desmontar, facilmente se o táxi for adaptado. Quanto à intervenção da Câmara Municipal,

1 disse que aguardava pela intervenção do senhor Presidente sobre os limites que a Câmara
2 Municipal pode estabelecer naquele âmbito.

3
4 **A deputada Paula de Deus** informou dedicar a frase que iria ler ao membro da Assembleia
5 Municipal Isidro Lobo e também a Isidro Lobo taxista: “em alguns casos são motoristas de
6 boa vontade que as amparam ou pegam ao colo, se necessário, para as ajudar a sair e entrar
7 no táxi, que desmontam cadeira para a manter e tirar do porta bagagens e que depois a voltam
8 a montar”, e realçou que aqueles táxis irão permitir o transporte de passageiros na sua
9 própria cadeira de rodas, manual ou elétrica, garantindo a segurança, autonomia e dignidade
10 das pessoas que se encontram naquela situação.

11 Disse que tentou ler de outra maneira para que não fosse desvirtuado o sentido e a
12 importância de uma Moção como aquela, que qualquer um dos cidadãos pode necessitar,
13 quer seja porque tem 140 kg e o senhor Isidro já não tem mobilidade suficiente para o
14 transportar para dentro do seu táxi, quer porque seja uma pessoa com uma fragilidade, uma
15 doença ou outra, que por motivos de segurança fica em risco se for amparada por alguém
16 menos preparado para a tirar de uma cadeira, estão a falar, de facto, de um mundo novo, de
17 um mundo diferente, de uma cidade que quer ser Capital Europeia da Cultura, e que arranja
18 e continua a arranjar argumentos para não dar resposta a questões que estão ali apontadas,
19 questões inadmissíveis num mundo normal, têm primeiro de tratar bem dos seus, que é para
20 darem um passo em frente e acolher todos aqueles que esperam que venham quando for a
21 Cidade Europeia da Cultura, mas são os cá moram todos os dias e é para esses que têm que
22 governar e, portanto, espera que não seja por ela ainda hoje, senhor Presidente, que aquele
23 táxi vá ser necessário, espera que não seja por nenhum deles, nem por ninguém das suas
24 família e não está a chorar lágrimas de sangue, não está a ser populista, está a ser muito
25 realista por todas as pessoas que precisam de facto daquele tipo de transporte e que,
26 infelizmente por um lado e felizmente por outro, com o prolongamento como sabem da
27 esperança média de vida há uma série de problemas associados à mobilidade reduzida que
28 faz com que muitas vezes as pessoas que queiram manter a sua dignidade e autonomia, mas
29 uma das ajudas que necessita é da cadeira de rodas, portanto, independentemente da
30 embalagem com o senhor Presidente já vinha para argumentar que já instou junto das
31 empresas que operam no mercado, relativamente à aquisição, ou não, de um táxi com cadeira
32 de rodas, apelou com o coração e com a cabeça, por todas as pessoas que ali não estão
33 felizmente, e nenhum deles está naquela circunstância, que tal como outras Autarquias têm
34 efeito se o mercado não responde a própria Câmara tem meios para o fazer, poderia referir a
35 experiências de outras Cidades onde aquilo aconteceu, não querem criar uma tenção, como
36 é óbvio, com o mercado mas como já foi dito e ilustrado muito bem por uma pessoa com
37 competência na matéria, o deputado da Assembleia Municipal Bruno Martins, os táxis são
38 os mesmos e, portanto, não é preciso virarem a Cidade de cabeça para baixo para consignar
39 o direito dos cidadãos com mobilidade reduzida a ter um táxi adaptado para os que cá vivem
40 e todos os que gostam de cá vir.

41
42 **O Presidente da Câmara** sobre aquela matéria, disse que se pode, obviamente, fazer
43 discussões inflamadas mas o que está em causa é aquela questão mas também outras
44 questões, nomeadamente, por parte de vários aspirantes a taxistas tem havido a tentativa de
45 que se alargue o contingente de táxis da cidade em vários pontos, mas o trabalho feito ao
46 longo dos anos foi procurar junto da Associação que representa os taxistas e tendo em conta
47 os dados da procura de táxis, foi avaliar se há a necessidade ou não de alterar o contingente,
48 que tem sido alterado de acordo com aquilo que há necessidade e, naturalmente, têm o
49 contingente que numa determinada altura foi adequado àquilo que entendiam ser as
50 necessidades da Cidade e aquele é o processo que têm e que lhe parece um bom processo,
51 que é ouvir quem representa os taxistas e ter em conta também as situações que lhes chegam

1 relativamente àquela matéria, portanto, aquilo que queria dizer era tão somente ler o que a
2 Antral lhes escreveu porque, obviamente, se a Câmara entender deliberar que devem
3 avançar, avançarão dentro daquilo que a Lei coloca.

4
5 **O Presidente da Câmara** procedeu à leitura da resposta da Antral, que entende o seguinte:
6 *“não ser necessário o licenciamento de qualquer viatura para o transporte de pessoas com*
7 *mobilidade reduzida, a experiência colhida com este tipo de viaturas desaconselha o seu*
8 *licenciamento, com efeito a procura gerada por pessoas com mobilidade reduzida não é*
9 *suficiente para garantir a rentabilidade de qualquer viatura de aluguel e conseqüentemente*
10 *as viaturas licenciadas para este tipo de pessoas acabam por engrossar o contingência de*
11 *aluguer, que como V. Exa. sabe, ultrapassa alargamento as necessidades da procura. Na*
12 *verdade, uma vez licenciados estes táxis não podem ficar condicionados apenas ao*
13 *transporte de pessoas com mobilidade reduzida podendo passar a transportar qualquer tipo*
14 *de cliente, desta forma é ficção pensar que o licenciamento destas viaturas poderá ser feito*
15 *à margem do contingente, engrossando assim na prática o contingente que presentemente*
16 *ultrapassa as necessidades de procura por este meio de transporte. Acresce dizer que a*
17 *esmagadora maioria das viaturas do Concelho de Évora têm condições para o transporte*
18 *de passageiros em cadeira de rodas não houve até agora, que seja do nosso conhecimento*
19 *ou dos Delegados, quaisquer reclamações ou queixas sobre esta matéria. Permite-me ainda*
20 *recordar que nos temos do disposto no respetivo Decreto, estas licenças só podem ser*
21 *atribuídas se a necessidade deste tipo de veículos não puder ser assegurada pela adaptação*
22 *dos táxis existentes do Concelho, o que significa que antes de avançarmos para esta solução*
23 *temos que colocar aos taxistas do Concelho a possibilidade da sua adaptação. Assim, no*
24 *caso de ser aberto o curso, a Autarquia deverá oficiar a todos os industriais para se inquirir*
25 *se algum deles pretende proceder à adaptação do veículo afeto à licença de que é titular.”*
26

27 Informou também da disponibilidade da Antral para participar naquele trabalho e têm vindo
28 a analisar aquela situação para procurar tomar a decisão que seja a mais adequada e a mais
29 correta, portanto, não tomaram uma decisão de não abrirem ou de abrirem, têm estado a
30 procurar ponderar as várias questões para perceber, de facto, o que é que é mais correto, o
31 que é que responde da melhor maneira às necessidades que o Concelho tem.

32
33 **O deputado Paulo Ribeiro** disse que pesando as dificuldades que estão cada vez mais
34 presentes no dia a dia dos Eborenses, pesando também o contexto adverso em que se vive e
35 a continuada perda de poder de compra das famílias, as palavras que estão presentes na
36 Moção revestem-se de grande pertinência, por conseguinte o Movimento Cuidar da Évora
37 iria votar favoravelmente.

38
39 **O deputado Francisco Figueira** disse que relativamente àquela questão confessou a sua
40 estupefação de em 2023 estarem a discutir se deve ou não haver táxis adaptados a cidadãos
41 de mobilidade reduzida e discutir a sua pertinência, considerou até insultuoso para com
42 aqueles que têm aquela necessidade, aquele não é um tema de contingência nem é um
43 problema dos interesses dos industriais do táxi, que naturalmente quando for aberto
44 licenciamento tem que ser ouvidos pensa que em primeiro lugar e terão, imagina, algum
45 direito de preferência na adaptação das suas viaturas. Agora em 2023 a Assembleia
46 Municipal estar a discutir se as pessoas de mobilidade reduzida devem ou não ter direito a
47 ter um táxi adaptado às suas necessidades, não desfazendo na boa vontade do senhor Isidro
48 Lobo, é uma coisa que acha que os deve envergonhar a todos, e recordou que a própria
49 Câmara Municipal gastou no Festival Imaterial 14 mil euros em serviços de táxi e estão ali
50 a discutir se uma pessoa pelas contingências da vida ficou preso a uma cadeira de rodas ou
51 teve uma qualquer fragilidade, deve ou não ter direito e a possibilidade de ter uma viatura

1 adaptada às suas situações. Sugeriu que para preservarem a dignidade da Assembleia se
2 encerrasse a discussão por ali e que a Mesa colocasse à votação de imediato.

3
4 **O deputado Bruno Martins** mencionou que sabe que não é responsabilidade da Câmara
5 Municipal de Évora, e disse que gostaria de tecer dois comentários sobre aquilo que foi lido
6 e sobre aquela posição. O primeiro comentário foi que não existe, tal como foi dito, nenhum
7 transporte que tenha condições para o transporte de cadeira de rodas, ou seja para o transporte
8 da cadeira de rodas podem ter mas para os cidadãos em cadeira de rodas não têm condições,
9 a cadeira de rodas até pode ir mas um cidadão em cadeira de rodas, de acordo com todos os
10 bons princípios, felizmente em pleno século 21, tem o direito a deslocar-se na sua própria
11 cadeira de rodas, e lembrou que é uma extensão do seu corpo, portanto, não é propriamente
12 uma ajuda técnica qualquer, é a extensão do corpo daquela pessoa.

13 O segundo comentário foi que, mais uma vez, é algo que é dito que os faz recuar umas
14 dezenas de anos, que é aquela ideia da lei da oferta e da procura quando falam na área da
15 deficiência porque se fosse assim nunca faziam acessibilidades nos teatros porque as pessoas
16 quando deficiência motora não procuravam ir aos teatros, pois se não tinham acessibilidades
17 claro que não iam tentar ir aos teatros, claro que não iam procurar um táxi isso sabem que
18 não há acessibilidade e, portanto, aquela questão de não haver procura no mercado, que é
19 que é uma lógica capitalista que em geral o deixa incomodado, mas que naquela área então
20 não faz qualquer sentido, obviamente não há procura no mercado porque não há oferta
21 disponível e obviamente que as pessoas nem sequer procuram o táxi porque sabem que não
22 há. Referiu que a questão é terem um Diagnóstico Social, terem dados aproximados sobre o
23 número de pessoas que têm mobilidade reduzida no Concelho de Évora e que sendo um
24 número significativo basta pensarem “será que nenhuma daquelas pessoas precisa de se
25 deslocar em táxi”, obviamente que precisam e que em alguns momentos precisam, pelo que
26 achou estranha toda aquela discussão e, portanto, obviamente que o Bloco de Esquerda
27 votaria a favor daquela Moção, sendo que todos os procedimentos devem ser feito tal como
28 a Lei prevê.

29
30 **A deputada Elmina Lopes** disse que a CDU é, por princípio, favorável a que todos os
31 cidadãos tenham a dignidade na sua mobilidade e irão votar favoravelmente aquela Moção,
32 no entanto, estão realmente a compreender que os serviços, por exemplo, do Serviço
33 Nacional de Saúde estão a tornar-se demasiado distantes dos cidadãos e são crescentes as
34 necessidades de mobilidade dos cidadãos, portugueses e, portanto, compreendem as
35 preocupações porque realmente qualquer cidadão estando doente ou não, tem o direito a um
36 transporte com a sua cadeira de rodas em determinadas condições, a Lei prevê que seja feito
37 de forma a salvaguardar a preferência dos atuais operadores apesar de todas as dificuldades
38 que já foram apontadas, a CDU irá votar favoravelmente porque, como afirmaram, são por
39 princípio a favor da dignidade no transporte de qualquer cidadão do país.

40
41 **A deputada Paula de Deus** dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que o tom
42 inflamado do seu discurso antecipava a aridez e a frieza da sua posição sobre aquela matéria,
43 que já tudo foi dito e reconheceu nas palavras da maioria das intervenções a oportunidade
44 da proposta daquela Moção e, portanto, como não representam ali nem forças sindicais nem
45 representam os empresários, representam sim cada um e todos os cidadãos, gostariam de
46 submeter à votação a Moção “SOS por Táxis para Pessoas com Mobilidade Reduzida”.

47
48 **A deputada Paula Pita** disse que naquele tipo de situações de pessoas em cadeiras de rodas
49 não estão a falar de doentes, estão a falar de pessoas que vivem o seu dia a dia naquelas
50 condições e não podem estar dependentes de Instituições Particulares de Solidariedade
51 Social, não podem estar dependentes dos Bombeiros para se deslocarem para qualquer lado,

1 têm o direito de fazer a sua vida, de ir ao café, ao centro comercial, à praia e é necessário
2 existir quem os transporte, portanto, tem que haver realmente um táxi e cada táxi daquelas
3 tanto serve os utentes normais como os das cadeiras de rodas e também sabe, pela sua
4 profissão, que tem que haver muitas vezes táxis daqueles para transportar as crianças para
5 as escolas porque são eles que garantem a sua frequência, portanto, o lucro ali não pode ser
6 visto, há pessoas que necessitam e tem que haver uma resposta para elas.

7
8 **O deputado Isidro Lobo** justificou a sua mudança de posição de votação exatamente por
9 aquela explicação de que se trata de pessoas não doentes e também a explicação do senhor
10 Presidente em relação à existência dos contingentes.

11
12 **O deputado Bruno Martins** destacou a nobreza do colega na sua mudança, considerou que
13 é preciso ter caráter para assumir que não compreendeu aquilo que estava exposto e,
14 portanto, quis sublinhar a nobreza da sua última intervenção.

15
16 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não
17 verificando mais pedidos, submeteu a presente Moção a votação.

18
19 **Deliberação da Moção “SOS por Táxis para Pessoas com Mobilidade Reduzida”:**
20 **Aprovada por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

21
22 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Ponto III, da Ordem do Dia.

23 24 **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passa aos pontos apresentados pela
27 Assembleia Municipal.

28 29 **1. Criação da Assembleia Municipal Jovem.**

30
31 **O Presidente da Assembleia Municipal** apresentou uma nota introdutória àquele ponto,
32 informando que a criação de uma Assembleia Municipal Jovem foi uma sugestão da Mesa,
33 porque a Mesa não pode fazer propostas, quanto muito faz sugestões, e que aquela sugestão
34 foi feita em Conferência de Representantes e que mereceu a aprovação do Bloco de
35 Esquerda, do Movimento Cuidar da Évora, do Partido Socialista e da Coligação Mudar com
36 Confiança, e que a CDU declarou que não daria o apoio mas não obstaculizaria.

37 Informou que depois se sucederam diversas sessões da Conferência de Representantes em
38 que o documento inicial foi sendo burilado, foi sendo alterado, e o que têm agora ali é já o
39 produto do trabalho da Conferência de Representantes.

40 Mencionou que a proposta foi no sentido de criarem, por ocasião dos 50 anos da Revolução
41 de Abril, um mecanismo que permita aliciar os jovens para a participação democrática, para
42 se interessarem pela coisa Pública, pela vida coletiva e, sobretudo e também, aprenderem as
43 regras da conduta em Democracia, saberem falar, saberem contar o tempo, saberem encaixar
44 o que tem que dizer num tempo que lhe é facultado, tudo aquilo é uma aprendizagem que se
45 faz de pequenino, e deu a palavra à Assembleia.

46
47 **O deputado Francisco Figueira** confirmou que, de facto, o procedimento que o Presidente
48 da Assembleia transmitiu à Assembleia foi o correto, e destacou que aquela proposta
49 constava do programa eleitoral da Coligação Mudar com Confiança, razão pela qual, e face
50 à sugestão da Mesa, aderiram. Considerou que o documento, naturalmente, não era aquele
51 que eles proporiam se houvesse um tempo mais longo de preparação, mas sendo o seu

1 entendimento que deviam facilitar e por a funcionar a Assembleia Jovem já durante o
2 presente ano letivo, procuraram acelerar aquela proposta para que se chegasse à primeira
3 Assembleia depois das férias, de forma a que durante o ano letivo que está em curso se possa
4 efetivar nas escolas. Consideram que é uma boa iniciativa para, de facto, contribuir para a
5 vida democrática das escolas e para o crescimento cívico dos alunos nos seus contextos
6 escolares e familiares, razão pela qual aderiram e votarão favoravelmente.

7
8 **A deputada Elmina Lopes disse** expôs a posição da CDU, não é que não tenha havido uma
9 proliferação de Assembleias Municipais Jovens em Municípios no País, não é que a ideia à
10 partir da pareça interessante, mas depois de ponderarem sobre a experiência existente e
11 mesmo com a experiência acumulada ao longo dos anos concluíram que os jovens não se
12 reveem, pelo menos os jovens comunistas, naqueles modelos a o balanço que fazem é que
13 são modelos paternalistas de aproximar os jovens da política, são modelos paternalistas
14 porque os jovens sempre que tentam fazer qualquer coisa tem tido amargas a experiências
15 quando tentam fazer uma participação cívica direta, pode-se ver aquele episódio climático
16 onde são bombardeados com os maiores qualificativos por terem uma ação climática
17 concreta, também têm testemunhos de jovens que tentam formar associações de estudantes
18 em algumas escolas, e não estava a falar concretamente de nenhuma escola de Évora, e são
19 dissuadidos pelos poderes instituídos, portanto denotam por um lado uma certa hipocrisia
20 dos mais velhos e um certo paternalismo relativamente àquelas questões. Considerou que há
21 uma série de questões na participação cívica dos jovens que não se reveem naquela figura e
22 consideram que ela é mais uma iniciativa um bocadinho colorida e nesse sentido não estão
23 entusiasmadíssimos com a sua concretização.

24 Quanto à questão da representatividade, disse que o facto de se referir o carácter deliberativo
25 do órgão parece-lhes um pouco estranho, as deliberações têm que tradução, os jovens
26 estudantes do Secundária da Cidade de Évora não são todos residentes em Évora, pelo
27 contrário são residentes em muitos conselhos de Évora, portanto a avaliação dos Órgãos
28 Autárquicos em geral não lhes parece que seja uma coisa a que estejam mais habilitados,
29 porque muitos não moram cá. Referiu também a questão do escrutínio ao órgão Câmara
30 Municipal e porque não aos órgãos Assembleia Municipal, Assembleia de Freguesia e Junta
31 de Freguesia que são os órgãos que estão mais próximos dos moradores, que estão num
32 território mais concreto e que aquele alargamento seria interessante bem como a Comissão
33 Municipal de Juventude que é onde se procura auscultar a juventude. Concluiu que, por
34 aquele conjunto de razões, demonstram a reserva da sua Bancada que consideram não ser
35 contra àquela iniciativa, mas não são entusiasticamente a favor, e por isso se iriam abster.

36
37 **O deputado João Simas** disse que tem algumas dúvidas sobre termo que está, Assembleia
38 Municipal, porque considera que não se devem confundir as coisas, que tem lutado pela
39 participação dos jovens ao longo da sua vida, ele próprio também foi membro de uma
40 Associação de Estudantes da Faculdade de Letras, noutros tempos, conheceu pessoas que
41 lutaram bastante por isso, até foram presas antes do 25 de Abril por participar nas atividades
42 que diziam respeito aos jovens, nomeadamente aos estudantes. Referiu que também tem
43 participado ao longo dos anos no programa que é o Parlamento dos Jovens, que foram várias
44 vezes a Lisboa, e é muito interessante porque os jovens discutem propostas concretas.
45 Realçou que é importantíssimo participar, mas que a sua dúvida é sobre o próprio nome,
46 Assembleia Municipal de Jovens, e também de outros termos, como deliberação, naquele
47 sentido daquela proposta.

48
49 **O deputado Natanael Vinha** começou por referir que que não é tão céptico como a Bancada
50 da CDU, ou não é céptico como a bancada da CDU, sendo que bem se lembra que
51 historicamente a CDU é sempre a favor de toda a representação dos jovens, mas depois é

1 sempre conta todas as formas de a operacionalizar, “vide” o Conselho Municipal de
2 Juventude, e historicamente a posição que o PCP teve contra aqueles órgãos que estão na
3 Lei e que funcionam, já viu vários casos daquele ceticismo. Em relação àquela proposta,
4 disse que considerando o mimetismo que a proposta apresenta com o modelo da Assembleia
5 Municipal, lembrou que embora frequentemente se designem e designam outros membros
6 da Assembleia como deputados municipais, aquela definição não tem consagração legal e,
7 portanto, são deputados municipais jovens mas não coincide a definição e o seu título com
8 a definição legal dos membros da Assembleia Municipal, o que pode ter algumas vantagens
9 porque não se confunde com a definição legal, pode ter uma outra interpretação, mas é uma
10 questão de terminologia apenas e que gostava de fazer ali notar, ele próprio às vezes também
11 se engana e diz senhores deputados municipais, tentando corrigir a seguir mas tenta não fazer
12 para usar a expressão legal e a terminologia consagrada na Lei.

13 Colocou uma outra questão que lhe parece mais de conteúdo e de fundo, o Parlamento dos
14 Jovens quando reúne a primeira coisa que faz é eleger o Presidente Jovem do Parlamento
15 dos Jovens, o que têm ali proposto, nomeadamente no artigo 10º, é que a Mesa é constituída
16 pelo Presidente da Assembleia Municipal de Évora e dois Secretários eleitos entre os
17 deputados Municipais Jovens no início dos trabalhos, e devem também ser eleitos dois
18 Secretários suplentes dentro dos deputados Municipais Jovens, que compete ao Presidente
19 da Assembleia Municipal presidente às Sessões, entende que, é da opinião que, tem a ideia
20 também pela sua experiência associativa e de representação juvenil, quando o era, que para
21 cumprirem verdadeiramente os objetivos que estão no artigo número 2, o senhor Presidente
22 da Assembleia Municipal instalaria à Assembleia Municipal Jovem e os membros dessa
23 Assembleia Municipal o seu primeiro trabalho deveria ser eleger o seu Presidente porque
24 isso dar-lhes-ia desde logo uma capacidade e uma necessidade de se entenderem e também
25 de não terem o respeito pela presidência da mesa apenas porque é uma pessoa adulta, eleita
26 dos cidadãos, etc., é da opinião que eles deveriam eleger a sua Mesa embora naturalmente
27 que isso lhes daria autonomia, seria um passo adiante no exercício que estão ali a tentar,
28 nomeadamente no Artigo 2º dos Objetivos, a alínea e), f), g) e h), por exemplo, sairiam
29 beneficiadas com esse modelo sem prejuízo, naturalmente, de Presidente da Assembleia
30 estar presente, o senhor Presidente da Câmara, todo o apoio logístico e institucional a ser
31 prestado àqueles jovens.

32 Disse ainda que o Diretor da Escola não é o Presidente da Associação dos Estudantes, que o
33 Reitor não é o Presidente da Associação Académica e, por conseguinte, o Presidente da
34 Assembleia Municipal não deveria ser, na sua opinião, o Presidente da Assembleia
35 Municipal Jovem, nada com o Presidente da Assembleia Municipal que têm, mas é uma
36 questão de princípio, aliás aquela proposta é do Presidente da Assembleia Municipal e não
37 a vai tentar mutilar, mas de qualquer das forma não quis deixar de expressar aquela sua
38 opinião, considerando os objetivos de reforçar e dar o papel ou jovens e dar-lhes o contacto
39 com a Democracia, também é da nossa democracia conseguirmos eleger os nossos
40 representantes e eleger quem dirige os nossos trabalhos.

41
42 **O deputado João Simas** referiu que podia evocar a defesa da honra visto que lhe chamaram
43 cético, mas mostrou que ao longo dos tempos sempre defendeu a participação de jovens, o
44 que não quer é que haja confusão entre um órgão que deve ser absolutamente dignificado
45 que é a Assembleia Municipal de Évora que é eleita, com uma que se chama Assembleia
46 Municipal Jovem, considerando que era preferível haver outros termos porque os jovens
47 devem participar mas não deve haver nenhuma forma paternalista, porque as liberdades não
48 se dão, conquistam-se, os jovens têm já órgãos e devem lutar por defender as suas posições
49 nesses órgãos, seja nas Associações de Estudantes ou na Comissão Municipal de Juventude.

50

1 **A deputada Paula de Deus** começou por felicitar a Mesa por aquela iniciativa e em nome
2 também do Partido Socialista congratularam-se com a forma plural como se consensualizou
3 aquele texto e se trabalhou de forma conjunta com a generalidade das forças políticas, a CDU
4 já manifestou a sua posição e foi a única que não integrou o grupo de trabalho, mas foi feito
5 um trabalho muito rigoroso para que se criasse mais um fórum, que não é um fórum qualquer,
6 é mais um fórum que é uma Assembleia Municipal de participação dos jovens e por isso
7 congratularam-se pela sobriedade do trabalho e também que é possível trabalhar para que se
8 contribua para o primeiro objetivo daquela Assembleia Municipal Jovem que é incentivar o
9 interesse dos jovens pela participação cívica e política e promover heterogeneidade dos
10 jovens que participam na Assembleia Municipal da Juventude de Évora, que aquela
11 Assembleia deu um bom conteúdo para aquela pluralidade, pela forma como correram os
12 trabalhos desde o início. Disse que não concorda nada com a ideia paternalista do nome
13 porque se existe um Parlamento Jovem não vê porque é que a Assembleia Municipal Jovem
14 é paternalista, por outro lado, cada vez mais se queixam por os jovens não participam
15 significativamente, que não encontram soluções, que não há a falta de tolerância, que não
16 têm a participação ativa, e depois quando arranjam um projeto onde eles possam participar
17 e defender os seus interesses, em democracia, com tolerância e com respeito, acham que não
18 é o sítio mais indicado, e disse que acha que todas as razões que Bancada da CDU apresentou
19 para não apoiar ou abster-se naquele projeto, são exatamente todas as razões porque este
20 projeto deve existir.

21
22 **O deputado Francisco Figueira** acerca das considerações que a deputada Elimina Lopes
23 fez quanto ao suposto ativismo climático, fez notar que atirar uma bola de tinta verde ao
24 Presidente da Câmara é crime, não é ativismo climático, da mesma forma que atirar uma
25 bola de tinta verde o Ministro do Ambiente é crime, não é ativismo climático, porque estão
26 a falar de representantes legitimamente eleitos, e disse que eles bem compreendem as
27 reservas da CDU quanto à Assembleia Municipal Jovem com aquele nome ou com outro, é
28 uma questão meramente terminológica, porque de facto, por exemplo, o Orçamento
29 Participativo Jovem que está inscrito no Plano de Atividades da Câmara não está
30 implementado pelo Executivo que governa a Câmara Municipal, que houve um corte de 16
31 mil euros na Divisão de Juventude em 2021, que o apoio às Associações de Juventude no
32 Concelho de Évora foi zero e, não contentes com isso, em 2022 o apoio às Associações de
33 Juventude no Concelho também foi zero, portanto, bem compreendem as reservas e as
34 prioridades da CDU, mas quis congratular, de facto, com a forma como foi possível
35 consensualizar uma solução.

36
37 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não
38 verificando mais pedidos, submeteu a presente Proposta a votação.

39 40 **Deliberação da Criação da Assembleia Municipal Jovem:**

41 **Aprovada, por Aprovada por maioria, com 25 votos a favor (13 do PS, 5 da Coligação**
42 **Mudar Com Confiança, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MICAZA, 1 do MMPI e 1 do Chega)**
43 **e 8 abstenções da CDU, com 33 presenças verificadas.**

44 45 **Declaração de Voto do deputado João Simas:**

46 *“Abstive-me dado que:*

47 *- A participação dos jovens faz-se no dia a dia nas instituições já existentes, nomeadamente*
48 *na Comissão Municipal de Juventude.*

49 *- Não deve haver confusão na terminologia, a saber Assembleia Municipal, dado que este é*
50 *um órgão eleito pelos cidadãos.*

1 - Não faz sentido haver uma Assembleia Municipal de Jovens onde uma grande parte dos
2 membros são adultos. “

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** passou para o ponto seguinte.

5
6 **2. Ratificação dos representantes das Juntas / Uniões de Freguesia ao**
7 **XXVI Congresso da Associação dos Municípios Portugueses.**

8
9 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Assembleia Municipal foi
10 Convidada pela Associação dos Municípios Portugueses para estar presente no seu XXVI
11 Congresso. Explicou que foi necessário indicar os nomes dos representantes da Assembleia,
12 até ao passado um dia 22, pelo que propôs o nome do senhor Presidente da Junta de
13 Freguesia, deputado Ananias Quintino, que submeteu à concordância dos representantes da
14 Conferência de Representantes e apenas recebeu a resposta da CDU. Esclareceu que, de
15 acordo com o Regulamento da Associação Nacional das Assembleias Municipais, é
16 necessário que aquele nome seja votado na Assembleia, portanto, apresenta para ratificação
17 o nome do deputado Ananias Quintino, como representante das Juntas de Freguesia ao
18 vigésimo sexto Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

19
20 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
21 submeteu a presente Ratificação a votação.

22
23 **Deliberação da Ratificação dos representantes das Juntas / Uniões de Freguesia ao**
24 **XXVI Congresso da Associação dos Municípios Portugueses:**

25 **Aprovada, por maioria, com 32 votos a favor (13 do PS, 8 da CDU, 5 da Coligação**
26 **Mudar Com Confiança, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MICAZA e 1 do MMPI) e 1 abstenção**
27 **do Chega, com 33 presenças verificadas.**

28
29 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passa aos pontos apresentados pela
30 Câmara Municipal.

31
32 **3. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a**
33 **situação financeira do mesmo. – Para conhecimento.**

34
35 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

36
37 **O Presidente da Câmara** começou por recordar que, como é hábito, foi distribuída a
38 informação da Atividade da Câmara bem como da Situação Financeira.

39
40 Informou que no passado dia 21 de junho foram assinados com o Governo dois protocolos,
41 um relativo ao financiamento dos acessos e da rede de abastecimento de água e saneamento
42 para o novo Hospital e o outro relativo ao financiamento da Capital Europeia da Cultura.

43
44 Destacou, pela importância que tem, a inauguração no dia 25 de julho da Unidade de
45 Valorização Orgânica de Resíduos da GESAMB, que é mais um passo para garantir o
46 tratamento dos resíduos do Concelho e do Distrito.

47
48 Relativamente a Capital Europeia da Cultura, informou que se realizaram duas reuniões com
49 o Senhor Ministro da Cultura e com a Senhora Ministra da Coesão Territorial, a primeira
50 para tratar exatamente das questões relativas à articulação entre o Governo, o Ministério da
51 Cultura e o Ministério da Coesão relativamente às questões do financiamento e às questões

1 mais gerais do processo da Capital Europeia da Cultura, e a segunda para tratar da articulação
2 entre as Capitais Nacionais de Cultura, que são as outras Cidades que não foram escolhidas
3 para o título, Braga, Aveiro e Ponta Delgada, que serão Capitais Nacionais de Cultura em
4 2024, 2025 e 2026, apesar de não se perceber bem qual é a posição de Ponta Delgada sobre
5 aquela matéria.

6
7 Ainda sobre a Capital Europeia da Cultura, referiu que se realizou uma reunião de
8 monitorização com o painel de especialistas da União Europeia que está a acompanhar a
9 Capital Europeia da Cultura, que decorreu da melhor maneira em que participou um
10 representante da Comissão Europeia para as Capitais Europeias da Cultura, e em termos
11 práticos o Júri da Capital Europeia da Cultura foi transformado num painel de especialistas
12 que irá acompanhar todo o processo.

13 Salientou que, finalmente, está a decorrer o processo de elaboração dos Estatutos da
14 Associação Évora2027 que irá a gerir a Capital Europeia da Cultura e que, conforme foi
15 acordado com o Governo, será objeto de um Decreto-Lei para a sua constituição e, portanto,
16 aquele processo está a decorrer dentro dos prazos que estavam estabelecidos.

17
18 Mencionou a realização uma reunião com a Senhora Secretária de Estado de Igualdade e
19 Migrações, com o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e o Senhor
20 Secretário de Estado da Segurança Social sobre as questões relacionadas com a comunidade
21 cigana na Região do Alentejo, no seguimento de um conjunto de informações já tem dado
22 na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, relativamente ao processo de tratamento
23 daquela problemática, que é de facto muito complexa, em que se retomaram algumas
24 decisões já tinha sido tomadas anteriormente sem grandes consequências, nomeadamente a
25 necessidade de um levantamento, sobretudo ao nível da Segurança Social e da área da
26 Educação naquelas comunidades, para se poder perceber qual é a situação que têm e quais
27 são as soluções que podem ser apontadas, obviamente dentro das dificuldades que têm.

28
29 Em relação à Área Económica, comunicou que estão a acompanhar a situação da
30 transferência da produção de relés de máquinas diversas da Tyco para outra fábrica no
31 estrangeira, informou que a Tyco argumentou que a procura mundial daquele tipo de relés
32 está decrescer, que em rigor irá desaparecer no futuro uma vez que serão substituídos por
33 outro tipo de componentes elétricos, e transmitiu-lhes que irá procurar integrar os
34 trabalhadores daquela linha de produção nas outras fábricas que têm, de qualquer maneira é
35 uma preocupação que estão a acompanhar.

36 Realçou, ainda na Área Económica, a inauguração do Hotel Hilton Garden Inn com um
37 investimento 22 milhões de euros e a criação de 60 pontos de trabalho, e também, depois de
38 um período de negociação grande, a instalação de um escritório da KPMG Portugal no
39 Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia que já tem 30 técnicos a trabalhar e aponta
40 procurar chegar aos 60 técnicos.

41
42 **O deputado Francisco Brito** começou por saudar todos os presentes e informou ter algumas
43 questões para colocar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

44 Em relação ao Programa Okup@-te, referiu que as inscrições para aquele programa de
45 ocupação de tempos de livros durante o verão ocorreu no final do ano letivo, no início do
46 verão, e informou que receberam queixas por causa das filas para a inscrição, que houve
47 pessoas que tiveram que ir de madrugada para a fila para conseguir garantir a inscrição, foi
48 comunicado no documento que foi distribuído que tiveram 550 crianças inscritas, mas aquilo
49 que não gostava de ver acontecer é aquilo que, infelizmente, veem acontecer pelo País fora,
50 nomeadamente nos Centros de Saúde em que as pessoas vão acampar durante a noite para
51 conseguir ter uma consulta, e gostava que aquilo não acontecesse naquele Programa e

1 gostava de não voltar a receber queixas por causa das inscrições, portanto perguntou se irão
2 passar, por exemplo, por uma metodologia online que permita que as pessoas não tenham
3 que se deslocar durante a noite ou durante a madrugada para filas.
4 Assinalou que estão praticamente em dois anos de mandato, em que muita coisa se tem
5 estudado pelo menos nas palavras do senhor Presidente, inclusive a solução para os resíduos
6 no Centro Histórico, e disse que a verdade é que os contentores mudaram de cor mas o
7 problema não, portanto perguntou se até ao fim do mandato vão ver alguma solução da
8 Câmara Municipal de Évora para resolver a acumulação de resíduos junto aos contentores,
9 e nem sempre é falta de civismo das pessoas, muitas vezes, e têm verificado que os
10 contentores estão cheios, depois existe uma grande acumulação na sua envolvente porque de
11 facto dos contentores estão cheios, há um problema e a Câmara Municipal tem reconhecido
12 que existe, mas a verdade é que precisam de soluções, portanto perguntou se as vão ter.
13 Em relação aos taipais que se veem colocados no Centro Histórico, nomeadamente na Rampa
14 de São Miguel, na Rua do Raimundo, disse que questionou já há mais de um ano a Câmara
15 Municipal sobre aquele tema, porque é que estão colocados, até porque o perímetro que
16 definem não é garantidamente um período de segurança por estarem encostados a elementos
17 verticais até poderiam ter perigo de derrocada mas por via de estarem encostados não
18 definem qualquer tipo perímetro de segurança, e até agora não recebeu resposta, portanto
19 perguntou se realmente são necessários, porque é que estão colocados, e se são necessários
20 e há tanto tempo que decorre a sua colocação e a sua presença no espaço público, porque é
21 que não têm de facto outra dignidade porque estão a falar de um Centro Histórico
22 classificado.

23 Sobre a situação do sem abrigo que se localiza e que pernoita na Rua Dona Isabel, referiu
24 que questionou, também há mais de um ano, a Câmara Municipal até porque estão a falar de
25 uma situação, infelizmente, permanente e não pontual, em que a Câmara Municipal disse
26 que não poderia fazer nada porque o cidadão está dentro de uma propriedade privada, na
27 projeção horizontal do polígono que pertence a um proprietário privado, e perguntou, tendo
28 em conta que estão a falar de uma propriedade privada, de uma fachada e tendo em conta
29 que têm ali uma situação permanente, se a Câmara Municipal notificou o proprietário
30 por licenciar os elementos que lá estão, tendo em conta que são permanentes e tendo em
31 conta que, pelos vistos, a Câmara Municipal também não fez mais nada para resolver a
32 situação.

33 Relativamente aos autocarros da Câmara Municipal, considerou que gostaria de saber se a
34 Câmara Municipal já conseguiu efetivamente resolver o problema, porque lhes chegam
35 bastante queixas, não só das Escolas que precisam dos autocarros para se deslocarem em
36 visitas de estudo mas também dos Clubes de Futebol e de Clubes de outra natureza, de
37 Associações Culturais que necessitam de ir representar o Concelho, não só no País mas
38 também em Espanha, e precisam naturalmente daquele transporte, ajudaria com certeza, têm
39 recebido muitas respostas negativas, mas a verdade é que a Câmara Municipal anunciou que
40 também comprou um novo mini autocarro e também souberam que esse autocarro quando
41 chegou foi de imediato para oficina porque estava avariado, portanto perguntou como é que
42 está a situação, se a situação está resolvida em relação à frota toda e em relação também
43 aquele mini autocarro se ele já saiu da oficina.

44 Sobre o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Évora, referiu que têm sido anunciadas
45 intervenções do Município ao abrigo daquele Plano e tendo em conta que a última vez que
46 ouviram falar dele foi há cerca de um ano, e era uma versão preliminar, e tendo em conta
47 que ele não foi aprovado nem em reunião de Câmara nem em reunião da Assembleia
48 Municipal, gostaria de saber como é que a Câmara Municipal está a implementar um Plano
49 que não foi aprovado.

1 Em relação às 12 casas na Malagueira que a Câmara Municipal está a reabilitar, e sabe que
2 o senhor Presidente já teve a oportunidade de as visitar, pretendeu saber se o projeto inicial
3 para aquelas casas se vai ser cumprido, nomeadamente ao nível das caixilharias.

4 Relativamente aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as
5 Juntas de Freguesia, nomeadamente ao nível da gestão de refeitórios escolares que
6 geralmente são negociados também um bocadinho a par do Orçamento Municipal, são
7 negociados já no ano corrente ao qual deveriam estar em vigor, portanto apreciaria que isso
8 não acontecesse e tendo em conta que estão a chegar ao final no mês de setembro, perguntou
9 quando será o início das negociações.

10

11 **O deputado Ananias Quintano** saudou todos os presentes e disse pretender esclarecer uma
12 questão que foi levantada na reunião de 13 de setembro sobre a alteração do trânsito no
13 Bairro da Casinha, em que o senhor Vereador Alexandre Varela afirmou que aquela alteração
14 foi efetuada depois de ser avaliada em conjunto com a Junta de Freguesia, porque o senhor
15 Vereador deve ter sido mal informado pois a Junta não foi consultada em qualquer altura
16 sobre aquela alteração, e referiu que em maio colocaram um abrigo no único local disponível
17 que é junto à Igreja, até porque os passeios são muito estreitos no Bairro da Casinha e depois
18 apenas lhes foi comunicado, como facto consumado, um despacho do Vereador Alexandre
19 Varela em que a alteração iria ser feita ou já tinha sido feita, e disse que se os tivessem
20 consultado em relação àquela alteração não concordariam pois acham que aquele pequeno
21 espaço de via, devia ter os dois sentidos porque tem capacidade para isso.

22 Em relação às questões da Freguesia, disse que a que mais os preocupa naquele momento é
23 a segurança ou a falta dela, e que em matéria de segurança já falaram sobre aquilo várias
24 vezes com o senhor Presidente e há questões naquela Freguesia que podem ter desfechos que
25 são imprevisíveis e que já falaram deles várias vezes, e referiu que felizmente quando precisa
26 falar com o senhor Presidente ou com o senhor Vereador tem falado e os problemas são os
27 do costume, só que agora agravados porque o tempo vai passando e a impunidade continua
28 e as coisas vão de facto continuando a gravar -se.

29 Referiu que uma das questões é a utilização ilegal, ou a ocupação ilegal, do espaço público
30 em vários sítios da Freguesia, que já relataram ao o senhor Presidente e também ao Senhor
31 Comandante da Polícia, que são casos que vão sendo preocupantes porque se numa altura
32 eram quase 10 metros de rua naquele momento, se calhar, são 100 metros, portanto as coisas
33 estão piores porque na verdade as coisas têm evoluindo com o tempo a passar.

34 Sobre os acampamentos, que eu não temo nada contra, apenas tem em contra pelo facto de
35 ser só autorizado, segundo sabe, para uma família e o número de tendas no acampamento
36 que está em frente ao Lar, no Alto dos Cucos, tem aumentado, há lixo por todo o lado e pior
37 que aquilo não há sanitas, enfim, aquele acampamento tem uma ribanceira para a primeira
38 rua, que se chama Rua dos Poiais e evidentemente quando choveu toda aquela porcária foi
39 para lá, não sabe se é por aquilo ou não mas há duas casas à venda em pouco espaço de
40 tempo. Disse que também nas Fontanas, junto ao Parque Infantil, naquele momento há um
41 acampamento que está junto à antiga boate, a seguir ao Alto dos Cucos, onde existe uma
42 torneira que é aberta e fica a correr para dar água aos animais do acampamento, portanto,
43 com aquele cenário é evidente que o parque infantil não serve para as crianças daquela zona.
44 Informou que no espaço de menos de um mês, na freguesia foram vandalizados,
45 completamente partidos os vidros de três abrigos de autocarros, independentemente do
46 dinheiro que custam, é uma situação que se devia ter em conta e sobretudo o policiamento.
47 Realçou que naquele momento, em relação à Freguesia, na verdade é que as pessoas não
48 sentem segurança, portanto há a necessidade de ser resolvido aquele problema, não é só pela
49 Câmara, mas também por todos, há a necessidade de todos contribuírem para isso, mas a
50 verdade é que quanto mais tempo passar mais difícil vai ser a sua revolução.

1 Constatou que aquele clima não é só na sua Freguesia, porque já o comprovou com outros
2 Presidentes, propôs ao senhor Presidente que se juntem, senhor Presidente da Câmara e todos
3 os Vereadores, os Presidentes das Freguesias Urbanas, o senhor Comandante da Polícia e a
4 Habévora, e já agora sobre a Habévora considerou que a reabilitação daqueles 12 fogos é
5 importante e devem ser reabilitados, mas a Habévora tem tantas casas alugadas em tão más
6 condições, a precisarem de obras de tal maneira que é difícil viver lá.

7
8 **O deputado Gonçalo Costa** informou que tem algumas questões e algumas observações
9 que gostaria de fazer, tornando-se um bocadinho repetitivo porque, consultando o seu
10 histórico de intervenções na Assembleia Municipal naquele período, acabam por ser sempre
11 as mesmas porque a resposta continua a ser insuficiente, ou pelo menos aquilo que tem vindo
12 a acontecer ao longo do tempo, não lhe permite que abandone aquelas questões.

13 Reiterou a questão da limpeza, que é um problema com que os cidadãos de Évora
14 diariamente se confrontam, felizmente ou finalmente aquele prospeto que foi difundido no
15 verão é da responsabilidade das Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras, Bacelo e
16 Senhora da Saúde e Évora Centro Histórico, mas de alguma forma pelo menos houve uma
17 assunção de responsabilidade por parte da Câmara Municipal, em reunião de Câmara na qual
18 a Câmara Municipal assumiu a responsabilidade exclusiva pela limpeza pública em Évora,
19 que já é um bom princípio, é o princípio da assunção de responsabilidade, e congratulou a
20 Câmara Municipal. Realçou que os problemas continuam a existir e o problema da limpeza
21 do espaço público é um problema com que diariamente os cidadãos de Évora se debatem e
22 é um problema que não veem solução, disse que é verdade que o problema não teve a
23 dimensão que teve no ano passado, que o ano passado o problema ganhou uma dimensão
24 superior, mas continuam a existir muitos problemas e, portanto, gostaria que da parte da
25 Autarquia houvesse uma resposta mais eficiente para aquele problema, porque é um
26 problema estrutural da Cidade e é um problema primário de Saúde Pública com todos são
27 confrontados no seu dia a dia, portanto, uma vez mais gostaria de instar a Câmara Municipal
28 que fosse mais dinâmica e que utilizasse os meios à sua disposição para que de uma vez por
29 todas não sejam confrontados com as queixas dos cidadãos, além de eles próprios
30 comprovarem aquela situação, mas que lhes transmitem diariamente e que dificultam a sua
31 vida.

32 Sobre o Plano Municipal da Habitação, perguntou ao senhor Presidente da Câmara
33 Municipal quais são os investimentos e quais são as diligências que já têm sido feitas pelo
34 Município, no sentido de aproveitar as verbas que neste momento existem à disposição dos
35 Municípios, para resolver um problema que também atinge estruturalmente o Concelho,
36 porque como sabem há pessoas que não se fixam no Concelho porque não conseguem
37 arranjar uma habitação digna a preços dignos porque o mercado em Évora está inflacionado,
38 obviamente que a responsabilidade não é só do Município mas o Município tem à sua
39 disposição meios e mecanismos que pode utilizar e, portanto, gostaria de saber da parte do
40 Município e do senhor Presidente da Câmara, quais as diligências e quais os procedimentos
41 que estão a ser desenvolvidos de forma a aproveitar as verbas que neste momento existem à
42 disposição dos Municípios para resolver os problemas de habitação e que no caso do
43 Município de Évora, do Concelho de Évora em particular, assume expressão e relevância.

44 Em relação à questão da segurança, disse que é uma questão crescente no Concelho de Évora
45 em algumas freguesias, nomeadamente no Centro Histórico, e como o Presidente da Junta
46 de Freguesia da Malagueira e Horta das Figueiras referiu também naquela Freguesia, e é
47 uma situação que têm vindo a tratar com pinças em todas as reuniões da Assembleia
48 Municipal mas é um problema que continua a subsistir e aquela sensação de insegurança em
49 algumas áreas do Conselho de Évora ainda não está resolvida e, obviamente, não são
50 dramáticos, as coisas ainda não têm uma proporção ou uma gravidade superlativa, mas de
51 qualquer das maneiras considerou que merecem a atenção e, certamente, o Conselho

1 Municipal de Segurança e o senhor Presidente da Câmara Municipal estarão atentos, mas
2 gostaria também de obter mais informações relativamente aos passos que estão a ser dados,
3 de forma a que não sejam confrontados com os municípios a transmitirem-lhes sensação e a
4 relatarem algumas situações, certamente evitáveis.

5 Relativamente ao Salão Central e à situação do posto de transformação, questionou quando
6 é que aquele equipamento será devolvida à população para dele poder usufruir, porque nunca
7 viu, e não está a dizer que é da responsabilidade do senhor Presidente, mas que é o facto é
8 que nunca viu uma situação daquela natureza, porque já perdeu a conta das vezes que
9 questionou quando é que o posto de transformação será colocado para poder devolver o
10 equipamento à cidade e que todos os municípios possam usufruir daquele espaço e até agora
11 nada.

12 Chamou a atenção para, certamente por lapso ou por esquecimento dos serviços, a página do
13 Município, nas Geminações onde ainda continua a Geminação da Évora com Suzdal, porque
14 se bem se lembra houve uma suspensão daquele acordo de Geminação decidido em
15 Assembleia Municipal, e aquela informação foi atualizada em agosto do presente ano, mas
16 continua a estar em vigor e, portanto, pediu a atenção do Município para aquela situação.

17 Congratulou o Município, porque quando as situações devem ser congratuladas não se obsta
18 de o fazer, pela celebração dos Protocolos relativamente à questão da Capital Europeia da
19 Cultura e também relativamente à construção das acessibilidades para o Hospital Central do
20 Alentejo com o governo, portanto, naquele momento o Município tem à sua disposição,
21 protocolarmente definido, os mecanismos para poder avançar com os processos no que da
22 sua responsabilidade diz respeito e espera que daqui para a frente as coisas aconteçam ao
23 ritmo que têm que acontecer, para não terem um Hospital construído sem as ligações e as
24 acessibilidades necessárias para a sua operacionalização.

25 Ainda sobre a questão de Évora Capital Europeia da Cultura, e congratulando o Município
26 pela celebração do Protocolo, lembrou que na reunião da Assembleia Municipal do dia 16
27 de junho foi apresentada uma Moção do Partido Socialista na qual recomendava a criação
28 de um grupo de trabalho e uma audição com a responsável, que infelizmente ainda não foi
29 feita, portanto, também gostaria que rapidamente aquela deliberação da Assembleia
30 Municipal, tomada há mais de 3 meses, fosse concretizada.

31 Sobre a questão das famílias que estão em habitações temporárias, disse que é um problema
32 que também tem sinalizado em várias Assembleias Municipais, julga que o senhor
33 Presidente tem certamente tentado resolver mas, como o Presidente da Junta da Malagueira
34 e Horta das Figueiras feriu, ainda não está resolvido e além de não estar resolvido se tem
35 vindo a gravar com o passar do tempo e, portanto, questionou o senhor Presidente da Câmara
36 Municipal o que é que está pensado para resolver aquela situação porque não só as pessoas
37 vivem naquelas condições indignas como também para todas as pessoas que moram naquela
38 zona da Freguesia que são confrontadas diariamente com situações que são um atentado à
39 saúde pública e, portanto, também a Câmara Municipal tem uma obrigação de intervir e de
40 garantir a manutenção das condições dignas de habitabilidade daqueles espaços.

41
42 **O deputado Luís Pardal** questionou o senhor Presidente sobre o ponto de situação do
43 Centro de Convívio do Bairro Santo António, conforme está nas Grandes Opções do Plano
44 da Câmara Municipal um estudo, uma reflexão e uma intervenção, sobre o Mercado das
45 Coronheiras e o Ringue no Bacelo, e se a Câmara Municipal já avaliou, já quantificou e
46 também se já informou a IP sobre quanto é que poderá custar uma intervenção de
47 manutenção no Caminho Municipal 1090.

48
49 **O deputado Paulo Ribeiro** informou que a sua intervenção seria no âmbito da limpeza e da
50 higiene urbana, mas em primeiro lugar deu os parabéns e congratulou o Município por uma
51 iniciativa levada à cabo no Bairro da Cruz da Picada conjuntamente com população e com

1 os jovens da APPACDM, na qual esteve presente o senhor Vice-Presidente Alexandre
2 Varela, em que se juntaram para limpar o Bairro, a que deram boa nota e consideraram ser
3 um sinal positivo que configura uma boa prática importante e também um sinal da sociedade
4 civil em termos de limpeza. Referiu que após a última reunião da Assembleia Municipal, em
5 que instou o senhor Presidente e abordou o facto de que a Urbanização do Cabeço do Arraial
6 estava num estado lastimável, em termos da erva, de lixo e de limpeza e higiene urbana,
7 mas já verificaram que a mesma já foi objeto de limpeza, por mérito da Câmara, por mérito
8 da Junta ou por mérito de ambos, se calhar pouco importa, contudo está limpa e disse que da
9 parte deles ambas iniciativas mereceram referência, contudo muito mais há a fazer.
10 Transmitiu ao senhor Presidente que o Movimento tem levado a cabo diversas visitas, numa
11 iniciativa que tem sido protagonizada por parte da sua vereadora Doutora Florbela
12 Fernandes, têm visitado diversos Bairros, diversas zonas da Cidade, e mesmo assim
13 continuam a verificar em que nalguns sítios há um limiar de insalubridade e muito há a fazer,
14 adicionalmente também verificaram que têm que pensar e ponderar os equipamentos
15 urbanos, têm que pensar e ponderar o mobiliário urbano, verificaram que muito dele se
16 encontra num elevado estado de degradação e naquele campo muito mais há a fazer.
17 Concluiu sugerindo ao senhor Presidente reforçar as sinergias conjuntas uma vez mais,
18 reforçar talvez algum do aprendizado que até possa existir e que possa até haver algum
19 mimetismo de outros Concelhos, se calhar até com a mesma dimensão e reforçar, se for o
20 caso, com o privado.

21

22 **O Deputado Natanael Vinha** disse que notaram que o senhor Presidente da Câmara não se
23 referiu ao processo de revisão do PDM e informou que a Bancada do Partido Socialista iria
24 apresentar um Requerimento para a convocação de uma Assembleia Municipal
25 Extraordinária sobre aquele assunto.

26 Em relação à questão do PACT, que o senhor Presidente referiu, pretendeu saber como é que
27 está o processo de entrada da Câmara no Capital Social, passados nove meses da deliberação
28 que tomaram.

29

30 **O Deputado Ananias Quintano** informou que na limpeza do Bairro da Cruz da Picada a
31 Junta de Freguesia também esteve envolvida.

32

33 **A deputada Paula de Deus** disse que vive no Bairro da Câmara onde os cidadãos cuidam
34 do Bairro e que existem muitas zonas que são cuidadas pelos cidadãos mas não são
35 suficientes e transmitiu o sentimento de um cidadão que lhe disse, com um ar muito
36 circunspecto, que já não vivem no Bairro da Câmara e quando o questionou sobre o motivo,
37 o cidadão respondeu com o mesmo ar sério e a mesma gravidade, que agora vivem no Bairro
38 do lixo da Câmara, e aquele é um Bairro onde as pessoas cuidam, os cidadãos cuidam, e
39 onde o cuidado das pessoas não é suficiente.

40

41 **A deputada Paula Pita** começou por corroborar as palavras do senhor Presidente da Junta,
42 porque a vereadora do MCE andou pelo Bairro, falou com os Fregueses e todos eles não
43 compreenderam o porquê daquela alteração de trânsito, que ninguém lhes explicou porquê,
44 aliás, consideraram que atualmente está muito pior. Disse ainda que parece que também que
45 aconteceu noutras Freguesias, nomeadamente na Freguesia da Azaruja também foi uma
46 alteração de trânsito sem perguntarem aos habitantes, e relembrou que há alguns anos na
47 Tapada também houve uma alteração na Rua Batalha do Salado, que é a rua principal, para
48 ficar só com uma via mas a população manifestou-se e voltaram atrás, e portanto, considerou
49 que ou existe alguma razão importante que não estão a perceber mas que deve ser explicada
50 à população, porque os serviços respondem perante a população, ou então se tiverem de
51 voltar atrás também não faz mal nenhum, antes do contrário.

1 Sobre as questões da habitação, pretendeu saber quantas candidaturas já foram entregues ao
2 IRU e o que representam em termos de resposta à falta de habitação, quantas candidaturas
3 já estão aprovadas e em curso, para quem se destinam as casas da Malagueira que estão a ser
4 recuperadas, para habitação jovem a custos controlados ou habitação social, ou será que irão
5 passar à frente os dos acampamentos podemos ilegais, e desde 2020 quantas novas
6 habitações já foram colocadas ao serviço das famílias, quantos agregados realojados e
7 quantas casas da Habévora reabilitadas, quantas casas da Habévora estão fechadas e quais
8 as relações, porque as pessoas querem saber aquilo que importa para a sua vida.

9
10 **O deputado Luís Pardal** sobre Autocarro número 23 que foi suprimido do serviço à
11 população, embora fossem apenas 7 ou 8 pessoas a utilizarem aquele Autocarro, e que a
12 solução que lhes foi apresentada foi o transporte a pedido que ainda não está definido,
13 questionou se aquela for a via, se as pessoas para se deslocarem vão pagar mais do que aquilo
14 que já pagariam se fosse o Autocarro, ou seja, se ficam duplamente prejudicadas.

15
16 **O deputado José Figueira** em relação aos Protocolos que a Câmara Municipal assinou com
17 diversos Ministérios do Governo acerca da Capital Europeu da Cultura e do Hospital Central
18 do Alentejo, questionou o senhor Presidente se tinha conhecimento de que, por iniciativa do
19 senhor Presidente da CCDR a pedido da ARS, o prazo de construção do Hospital foi
20 prolongado até finais de 2024. Disse que levantou aquela questão porque na Assembleia e
21 nas várias visitas que alguns membros da Assembleia tiveram a oportunidade de fazer às
22 obras do Hospital ouviram que efetivamente as obras do Hospital estariam prontas no final
23 do presente ano, ficando apenas uma situação residual, e que o grande problema era a questão
24 das acessibilidades, mas neste verão o senhor Presidente da CCDR fez uma consulta à
25 Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional, que está em vigor, submetendo
26 o prolongamento do Projeto das obras em mais um ano, o que para ele não foi novidade
27 nenhuma porque na última visita que fizeram à obra do Hospital a taxa de execução da obra,
28 segundo foram informados, era 20% daquilo que devia estar em andamento e como tal era
29 quase difícil, para ser um milagre, fazerem o resto dos 80% até ao final do ano, e por isso
30 questionou também a Câmara se tinha conhecimento disso e se, de acordo com o Protocolo
31 assinado com o Governo, tem algum conhecimento da expropriação dos terrenos necessários
32 às acessibilidades, tendo em consideração que a informação existente é de que por parte da
33 Câmara as especialidades estão todas feitas, e a questão prática é a expropriação ser feita
34 pelo Governo em relação àqueles terrenos. Ainda em relação ao Hospital, lembrou que foi
35 feita a candidatura do Hospital ao Banco Europeu de Investimento, ou seja, a um programa
36 chamado JASPERS, que aquela candidatura tem a ver com o que são os Projetos de Grande
37 Relevância e Importância Regional, perguntou também se a Câmara Municipal tem
38 conhecimento daquela candidatura àquele Programa Europeu.

39 Sobre as questões relacionadas com a Habitação, referiu que a Câmara Municipal tem um
40 Plano Local de Habitação e uma Estratégia Local de Habitação, que já em várias
41 Assembleias falaram sobre as questões de projetos candidatados quer pelo Município quer
42 pela Habévora ao PRR e a outras iniciativas, bem como a programação que está a ser
43 elaborada, e considerou que as preocupações que ali foram apresentadas sobre aquela
44 matéria não deixam de ser pertinentes, são uma preocupação de todos, mas disse que existem
45 naquele momento questões bastante mais preocupantes, para além da questão da Habitação
46 e do acesso à Habitação que é um direito constitucional que tem que ser efetivamente
47 assegurado pelo Estado, independente das colaborações que os Governos, em representação
48 do Estado possam fazer com os Municípios, a responsabilidade da Habitação é efetivamente
49 do Estado e perante aquilo que neste momento têm vindo a assistir, com subidas das taxas
50 de juro do BCE que já vai em 10 subidas do juros, que têm impactos na vida daqueles que
51 têm créditos à Habitação e que muitos deles correm o risco de perderem a sua Habitação, a

1 sua casa por efetivamente estarem a sofrer os impactos dessas taxas de juro e os bancos
2 continuarem a ganhar, todos os dias, 11 milhões de euros beneficiando da proteção por parte
3 das medidas que o Governo vai anunciando, mas que na opinião da sua Bancada não passam
4 de paliativos, porque estas medidas recentes que foram anunciadas e que visam, segundo o
5 Governo, reduzir e estabilizar as prestações ao banco, está na prática a empurrar as famílias
6 para um adiamento daqueles pagamentos que sendo reduzidos durante dois anos, terão de
7 ser pagos na íntegra no final, ou seja, como alguém dizia alarga-se o nó mas a corda continua
8 no pescoço das famílias que têm o crédito à Habitação. Informou que no dia seguinte se
9 realizaria em vários pontos do País e no Alentejo em Évora, Beja, Portalegre e Alcácer do
10 Sal, manifestações em torno das populações pela exigência da tomada de medidas sobre
11 aquelas questões relacionadas com a Habitação, porque certamente todos conhecem famílias
12 que a pagar o crédito aos bancos estão em situação aflitiva e também aqueles que estão a
13 pagar rendas, e disse que segundo o INE o aumento da prestação da casa no segundo
14 trimestre de 2013 foi de 11% comparativamente com o período homólogo, e por isso nós
15 têm que estar efetivamente preocupados com as questões da Habitação mas não se restringe,
16 infelizmente, só aquilo que é o cumprimento das Estratégias Locais de Habitação e dos
17 Planos Locais de Habitação e das medidas que estão efetivamente a serem colocadas porque
18 podem dizer que não é sério o Estado desresponsabilizar-se daquilo que são as competências
19 e procurar que sejam os Municípios a resolver todos os problemas da Habitação, quando
20 naquele momento devia o Estado segurar a promoção da oferta pública do Estado no sentido
21 de haver habitação para as pessoas.

22
23 **O deputado Gonçalo Costa** comentando a intervenção da CDU disse que basicamente a
24 CDU espera sempre que seja o Governo resolver os problemas e que a Câmara Municipal
25 não cumpra as suas responsabilidades ou não use os mecanismos que tem à sua
26 responsabilidade para a resolver os problemas das populações, portanto, é exatamente isso,
27 que o Governo resolve e a Câmara Municipal assista.

28
29 **O Presidente da Câmara** relativamente ao Programa Okup@-te, esclareceu que o programa
30 esteve aberto durante o tempo suficiente e que foi uma surpresa que aquilo tivesse acontecido
31 de fato porque não havia razões para isso e que procurarão em futuras situações encontrar
32 outros mecanismos, mas não foi por o Programa não estar aberto ou as pessoas não se
33 poderem inscrever, nada disso, mas vão tentar, naturalmente, perceber o que é que aconteceu
34 para poder resolver para o futuro.

35
36 Sobre a solução para os resíduos no Centro Histórico, referiu que já começaram, por
37 exemplo, a fazer a recolha dos resíduos orgânicos e um conjunto de outras medidas, e disse
38 que é evidente que a questão dos resíduos, sobretudo no Centro Histórico, tem a ver com o
39 aumento muito substancial, infelizmente, da carga turística que obviamente aumenta
40 também as questões relativas aos resíduos.

41
42 Em relação aos taipais no Centro Histórico, referiu que tomou nota porque não conseguia,
43 naquele momento, dizer quais as questões do perímetro.

44
45 Relativamente aos sem abrigos, recordou que é conhecida a Legislação sobre aquela matéria,
46 que não podem intervir nas zonas privadas, não podem remover mesmo nas zonas públicas,
47 que têm alguma dificuldade pelas razões que são conhecidas, da posição de alguns deles e,
48 portanto, é uma situação que está a ser acompanhada pela Unidade da Rede que está a fazer
49 o acompanhamento daquelas situações e de outras que têm, e que foi uma questão abordada
50 também naquela reunião que teve oportunidade de falar com o Governo.

51

1 Acerca da disponibilidade de viaturas para Associações sem fins lucrativos, informou que
2 não têm, nem terão, capacidade para dar resposta a todos os imensos pedidos que
3 Associações lhes fazem chegar, que não tem conhecimento do autocarro ter problemas e que
4 estão a adquirir um novo autocarro, mas que por mais autocarros que possam adquirir o
5 volume, felizmente, de atividade das Associações sem fins lucrativos é de tal forma que não
6 é possível responder a todas as questões que são colocadas e, portanto, naturalmente seguem
7 o Regulamento, há um prazo para que as Associações apresentem os seus pedidos e de
8 acordo com esse Regulamento eles são atribuídos.

9
10 Sobre o Plano de Mobilidade, salientou que estão a tomar medidas mesmo antes do Plano
11 de Mobilidade, estão a tomar medidas para durante o Plano de Mobilidade e continuarão a
12 tomar medidas após o Plano de Mobilidade. Informou que o Plano de Mobilidade será
13 apresentado numa das próximas reuniões de Câmara, que já está concluído, mas quiseram
14 avançar para mais e para além de terem o Plano de Mobilidade terem num Plano de Ação
15 que permitisse perspetivar e calendarizar medidas para os próximos anos, que está também
16 concluído, e será também apresentado numa das próximas reuniões de Câmara.

17
18 Em relação às 12 casas da Malagueira, confirmou que respeitam, obviamente, as questões
19 de Arquitetura que estão definidas.

20
21 Relativamente aos Contratos de Delegação de Competências com as Junta de Freguesia, em
22 particular as questões económicas que podem ser negociadas antes, mas, como sabem, só
23 depois de haver Orçamento é que podem assinar os contratos uma vez que as transferências
24 obrigam àquela situação.

25
26 Referiu que sobre aquela questão no Bairro da Casinha a informação que tinham não era
27 aquela e que vão analisar a situação para retificar.

28
29 Sobre as questões de trânsito, esclareceu que fizeram experiências que foram assumidas
30 como experiências, em que as que resultaram bem se mantiveram, as que não resultaram
31 bem não se mantiveram, houve também algumas que foram contestadas mas que
32 mantiveram, por exemplo a questão da Rua do Raimundo e aquela zona mantiveram, mas
33 na Avenida Batalha do Salado, por exemplo, foi uma das que foi revertida porque a solução
34 encontrada não provou, na Azaruja há um plano de sinalização e trânsito que foi trabalhado
35 com a Junta de Freguesia que foi aprovado e está a ser implementada e o que foi dito é que
36 é um plano geral para toda a localidade que terá alguns acertos e estão disponíveis para em
37 conjunto a Junta de Freguesia fazer os acertos.

38
39 Acerca do problema de segurança, salientou que é um problema grave, como já foi dito, mas
40 em primeiro lugar é um problema que tem a ver com as forças de segurança e com uma
41 questão que é fundamental que é a necessidade de haver polícia de proximidade e de polícia
42 a atuar e têm assistido é a redução dos efetivos policiais quando se precisa é do aumento para
43 os ter um terreno, não apenas de forma dissuasora mas para intervir nos casos em que há
44 necessidade de intervir e aquilo é fundamental, mas tem sido ao contrário com o argumento
45 de que em termos nacionais, são dos que têm menores problemas de segurança, de facto as
46 estatísticas dizem isso, e dos 600 de polícias que foram formaram no último ano, julga que
47 a grande maioria, senão a totalidade, foram para as zonas metropolitanas mas para o interior
48 praticamente não vieram e, portanto, há alguma coisa que tem que ser analisada, vista,
49 tratada. Disse que para aquele caso concreto já fez pelo menos duas ou três reuniões com o
50 senhor Comandante da GNR, com o senhor presidente da Junta, e tem que haver ali uma
51 atuação, não bastam as medidas que a Câmara tomou, notificou acampamentos ilegais,

1 desativou acampamentos ilegais, que são processos que do ponto de vista legal são
2 demorados porque têm que fazer a notificação direta, porque há uma série de questões a
3 cumprir e só depois é que podem desativar o acampamento, mas como sabem, desativam
4 num sítio e depois é montado noutra sítio e andam naquilo sistematicamente, ainda por cima
5 não podem intervir nos terrenos privados, que é o caso daquele terreno junto à vivendo em
6 que os proprietários do terreno já fizeram chegar à PSP, há anos, que não concordam com a
7 localização lá daqueles acampamentos mas o que é um facto é que continuam a crescer.
8 Confirmou que têm alguns problemas com outros que foram ali referidos, mas tem que haver
9 de fato uma atuação relativamente a alguns casos que foram identificados, uma atuação que
10 não é a Câmara que pode fazer, é PSP que pode fazer, mas em colaboração com a Junta de
11 Freguesia e a PSP para procurarem encontrar a solução, porque não é aceitável a situação
12 que está lá e que está, obviamente, não havendo a atuação visível e conseqüente tende a
13 agravar-se a situação.

14
15 Sobre a reabilitação das 12 casas, lembrou que estavam emparedadas há mais 25 anos, e
16 que é bom realçar aquilo, porque finalmente conseguiram arranjar o financiamento para
17 avançar e estão a ser reabilitadas assim como todas as casas da Habévora, de acordo com um
18 plano definido, começado nas Coronheiras e agora estão a seguir aquele plano, recordando
19 que estavam de tal forma degradadas que vai levar tempo até estarem recuperadas.

20
21 Relativamente à situação da limpeza, fez a distinção entre a limpeza e as ervas considerando
22 que são duas coisas diferentes e que já explicaram aquilo, que a terceira empresa que
23 finalmente conseguiram, mas mesmo assim não foi possível arranjar o pessoal suficiente que
24 tinham contratualizado e, portanto, estão a procurar que para o ano que vem a situação seja
25 melhor do que a deste ano, que já foi melhor em relação ao ano passado, mas precisam
26 sobretudo de garantir que há mão de obra atempada e esta situação está de facto complicada.

27
28 Em relação ao Plano Local de Habitação, propôs ao senhor Presidente da Assembleia, caso
29 estivesse de acordo, que na próxima reunião da Assembleia Municipal, aliás de acordo com
30 uma Recomendação que foi ali aprovada, fariam a apresentação do Plano Local de
31 Habitação, portanto não responderia naquele momento às questões colocadas, e informou
32 que foi feita a apresentação e o ponto de situação do Plano Local de Habitação na última
33 reunião de Câmara.

34
35 Sobre outras questões diversas, informou que a obra do Centro de Convívio do Bairro de
36 Santo António está concluída e que dentro de pouco tempo pode abrir; estão a estudar a
37 solução para o Mercado das Coronheiras mas já têm uma proposta que irão ver com a Junta
38 de Freguesia; os dados que têm do Autocarro da Garraia é tinha em média dois utentes por
39 dia, obviamente não era possível manter aquele Autocarro mas não significa que não queiram
40 encontrar soluções para aqueles utentes e sem mais custos, querem é que o transporte público
41 reduza os custos para os utentes, até porque têm naquele local algumas situações de caráter
42 social que têm de analisar, portanto, estão a procurar soluções adequadas.

43
44 Acerca do PDM, referiu que, apesar do que foi dito, há de facto uma informação que foi
45 dada à Assembleia sobre a questão do PDM, e naquele momento estão a preparar a abertura
46 da discussão pública e a procurar uma negociação, uma consensualização com as forças
47 políticas que permita avançar para a abertura da discussão pública do PDM, se for possível
48 ou não irão ver, mas estão naquele momento a procurar e nos próximos dias estão algumas
49 e foram agendadas reuniões para tentar fazer essa consensualização.

50
51 Sobre o PACT, informou que está a avançar o processo.

1
2 No que diz respeito aos Protocolos com o Governo, recordou que o Protocolo relativo às
3 acessibilidades tem que ser atualizado, exatamente por causa da candidatura ao JASPERS
4 fizeram um acordo de colocar uma verba inferior àquela que era necessária para os acessos,
5 quase metade, para não afetar a candidatura ao JASPERS que será feita agora e que será
6 reprogramada a partir de outubro ou de novembro em que será colocado no Protocolo o valor
7 real do acesso que ultrapassará os 11 milhões de euros. Disse que ainda não têm luz verde
8 porque os terrenos ainda não estão disponibilizados e estão a procurar ajudar o Governo a
9 cumprir os prazos, mas para isso o Governo tem que cumprir aquilo que lhe compete,
10 nomeadamente disponibilizar os terrenos para os acessos. Quanto ao projeto de água e
11 saneamento, informou que está completo e estão em condições de lançar o concurso, mas
12 foram informados que o financiamento será incluído, teve uma conversa naquele dia com o
13 senhor Vice-Presidente da CCDR sobre aquela matéria, no pacto com a CIMAC naquele
14 financiamento e, portanto, deixou aquela informação.

15
16 Relativamente ao Salão Central, informou que finalmente, e como se sabe o PT é da
17 responsabilidade da E-Redes, o empreiteiro entrou de facto no terreno e na primeira cavadela
18 que fez encontrou um esqueleto e, portanto, vão ter agora mais um tempo de atraso, mas
19 julga que será uma questão rápida porque a generalidade das questões já estavam estudadas
20 antes.

21
22 **O deputado Francisco Brito** disse que em relação aos resíduos sólidos urbanos é preciso,
23 de facto, uma resolução para a recolha de orgânicos, porque também não está a funcionar
24 corretamente porque já receberem queixas, portanto é de facto preciso que haja uma atitude
25 da Câmara Municipal de Évora, pois não podem continuar a perpetuar aquele problema.
26 Sobre o sem abrigo, informou que há praticamente dois anos falou com a Unidade de Rede
27 que lhe disseram que tinham esgotado todas as opções disponíveis, a Câmara Municipal de
28 Évora diz que não pode fazer nada porque o espaço é privado, a verdade é que pode notificar
29 o proprietário e o proprietário tem que proceder à legalização daquela estrutura, não podendo
30 ser legalizada tem que a retirar, a Unidade de Rede tentou mas a pessoa que lá está não quer
31 as soluções apresentadas, o Estado, seja ele Central ou Local fez aquilo que tinha a fazer,
32 portanto, é preciso resolver a situação que estão num Centro Histórico classificado e têm que
33 agir como tal.

34 Acerca do Plano de Mobilidade, referiu que há um problema formal nas palavras do senhor
35 Presidente porque as intervenções não podem estar a ser feitas ao abrigo de um Plano que
36 não está aprovado, portanto, a Câmara Municipal pode ter vontade de intervir na área da
37 mobilidade, ainda bem que tem e até acha que devia intervir muito mais, mas também era
38 bom que o Plano realmente fosse para votação até porque, tanto quando sabe, está há um ano
39 parado.

40 Quanto ao Conselho Municipal de Segurança, questionou quando é que iria reunir e se tem
41 reunido, porque não tem sido convocado, e gostava de saber se terá havido algum problema
42 de convocatória. Em relação à videovigilância, lembrou que está praticamente a fazer um
43 ano que foi aprovado o lançamento do estudo para a viabilidade da videovigilância no Centro
44 Histórico de Évora e ainda não têm notícias sobre a viabilidade de instalação e os resultados
45 do estudo, portanto, gostaria de saber se há alguma novidade.

46
47 **O deputado Gonçalo Costa** questionou sobre o processo de constituição da forma jurídica
48 que irá gerir a Capital Europeia da Cultura e reforçou para que seja dado cumprimento à
49 deliberação da última Assembleia Municipal para a constituição do grupo de trabalho e para
50 a audição da responsável.

51

1 **O deputado Luís Pardal** recordou o senhor Presidente que não respondeu à questão sobre
2 o Caminho Municipal 1090, no que diz respeito à quantificação financeira do custo da
3 repavimentação de manutenção e se já informou a IP.

4
5 **A deputada Paula Pita** começou por perguntar sobre a Capital Europeia da Cultura se já
6 têm uma estimativa do que foi gasto até ao momento. Em relação à situação da Garraia, disse
7 que também gostavam de saber quanto é que a Câmara já investiu naquela área tendo em
8 conta que o Orçamento Municipal foi reforçado. Sobre a situação das infraestruturas no
9 Louredo, e pressupondo que devem estar previstas aquelas infraestruturas, solicitou que lhe
10 dessem algumas respostas.

11
12 **O Presidente da Câmara** relativamente às questões que já tinham sido colocadas, disse que
13 as respostas que deu se mantêm.

14
15 Relativamente ao sem abrigo, referiu que é preciso terem também a colaboração do
16 proprietário, com quem também já contactaram, portanto é algo que tem que ser analisado.

17
18 Sobre a reunião do Concelho Municipal de Segurança, admitiu não saber, naquele momento,
19 qual o ponto de situação, mas que fará chegar a informação.

20
21 Acerca da videovigilância, transmitiu que fizeram um acordo com o PSP para que o estudo
22 fosse feito por eles, estão a fazer o estudo que irão entregar, sendo que a sua opinião a questão
23 mais importante é existir polícia proximidade, no terreno, para responder aquelas questões.

24
25 Em relação à situação na Garraia, informou que têm o valor apurado, mas como a IP não
26 lhes fez chegar uma proposta de protocolo, fizeram e enviaram uma proposta que estão a
27 aguardar a resposta.

28
29 No que diz respeito a Évora 2027, disse que já tinha respondido antes, e sobre a questão da
30 audição esclareceu que é a Assembleia que tem de solicitar.

31
32 Sobre a questão do Louredo, referiu que têm de ver o caso, a situação em concreto, pois sem
33 mais de dados não consegue obviamente responder.

34
35 **O deputado Luís Ramalho** informou ter algumas questões da Freguesia de São Miguel de
36 Machede, mas que são também transversais a outras Freguesias, e começou por referir o
37 corte das ervas nos caminhos municipais, um problema que tem a ver com o escoamento das
38 águas pluviais que depois estragam o piso das estradas, que já não estão em muito bom
39 estado, e com a segurança rodoviária, por isso o corte das ervas era importante.

40 Referiu que sucede o mesmo com as linhas de água que estão nos perímetros urbanos, que
41 deveriam ser limpas da vegetação para permitir o escoamento das águas quando chove, e
42 lembrou que já fizeram vários pedidos para ser limpo o Ribeiro das Bicas que com a chuva
43 se torna muito perigoso.

44 Em relação àquela espécie de palco que voltou a ser cedido pela Câmara Municipal a São
45 Miguel de Machede, disse que foi enviado às Juntas de Freguesia do Conselho de Évora um
46 email, no dia 10 de julho, do Gabinete de Apoio às Freguesias a dizer que *“face ao número
47 de pedido e justificação apresentada para utilizar um palco com cobertura, decidiu a
48 Câmara Municipal de Évora definir critérios para a cedência deste tipo palco considerando
49 que a valorização das Festas Tradicionais das Freguesias e a sua importância para o
50 Conselho, assim a partir da presente data podem as Juntas de Freguesia realizar festas
51 tradicionais requerendo este tipo de apoio com os seguintes condições: cedência do palco*

1 *com estrutura coberta, de 10 por 8,7, a cedência é anual, uma vez por cada Junta ou União*
2 *de Freguesias, a Junta decidirá qual é a festa ou evento que há de usufruir desse palco, caso*
3 *se verificarem datas coincidentes das festas em diferentes Freguesias, da Câmara terá como*
4 *critério a data de entrega do pedido.”, que aquela decisão foi tomada sem as Juntas de*
5 *Freguesia terem tido conhecimento, que deveria ter sido tomada, no mínimo, no início do*
6 *ano, quando já andam há quase 10 anos a falar daquela situação.*

7 Confirmou que realmente sente a falta de apoio para as suas iniciativas, que também
8 desenvolvem atividades culturais e se Évora Capital da Cultura diz que não quer ficar só em
9 Évora, que quer abranger o Concelho, o Distrito e a Região do Alentejo, mas nem sequer às
10 Freguesias do Concelho chega, por isso que tem de haver uma mudança grande, tem de haver
11 mais apoio, porque para outro tipo de espetáculos é preciso haver apoio.

12
13 **O Presidente da Câmara** em relação às questões dos caminhos municipais, disse que têm
14 procurado responder, na medida do possível, mas não têm conseguido chegar a todo lado em
15 relação àqueles cortes.

16
17 Sobre as linhas de água nos perímetros urbanos estão a propor que as próprias Freguesias
18 procurem soluções em que a Câmara suportará os custos relativos a essa situação, porque
19 também não têm capacidade para chegar a todo o lado.

20
21 Relativamente aos palcos, reiterou que têm de ter, de facto, critérios porque não têm palcos,
22 têm os que têm, e, portanto, procuraram definir aqueles critérios, e sobre a falta de apoio às
23 iniciativas das Freguesias têm que ver do que é que estão a falar.

24
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao ponto 4.

26 27 **4. Regulamento do Parque de Estacionamento Municipal da Praça** 28 **Joaquim António de Aguiar;** 29

30 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

31
32 **O Presidente da Câmara** informou que aquele ponto seria apresentado pelo senhor
33 Vice-Presidente.

34
35 **O Vereador Alexandre Varela** começou por cumprimentar todos os presentes e, de
36 forma muito sucinta, informou que aquele é um Regulamento que pretende disciplinar
37 a utilização do Parque subterrâneo da Praça Joaquim António de Aguiar, que não
38 inexistia, que é importante contarem com aquele tipo de normativo para fixar um
39 conjunto de regras relativamente à sua utilização, aos horários, à forma como os
40 utilizadores poderão ou não beneficiar daquelas instalações.

41 Relembrou que o processo decorreu dentro da normalidade, foi apresentado à
42 Assembleia Municipal para a abertura, houve um período de discussão pública, a
43 constituição de interessados e, portanto, apresentam agora a versão final.

44
45 **O deputado Gonçalo Costa** colocou duas questões relativas ao Regulamento, a primeira
46 sobre o horário porque na Proposta de Regulamento está que o horário seria a definir em
47 reunião de Câmara, considerou que um parque de estacionamento daquela natureza deveria
48 estar disponível 24 horas por dia e questionou-se sobre o que é que estaria a ser pensado. A
49 segunda para saber se estava prevista a instalação de postos de carregamento para viaturas
50 elétricas, uma vez que estão num período de transformação, para que as pessoas possam
51 também ver a sua necessidade satisfeita.

1
2 **O deputado Francisco Brito** questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal
3 qual a diferença entre o atual Regulamento e o que foi presente à Assembleia em
4 fevereiro, porque tinha ideia que já tinha sido deliberado, e naquele momento estava a
5 tentar perceber a diferença entre os dois documentos, portanto considerou estranho.

6
7 **O deputado Natanael Vinha** disse que da última vez que falaram do Parque de
8 Estacionamento Municipal da Praça Joaquim António de Aguiar teve a oportunidade
9 de colocar uma série de questões ao senhor Presidente da Câmara sobre o ordenamento
10 do trânsito nas imediações, a utilização de pilaretes, quais eram as receitas de cobrança
11 de coimas, depois por ocasião do Orçamento voltou a colocar as mesmas questões e o
12 senhor Presidente ficou indagar sobre aquelas informações, portanto, solicitou que lhes
13 falasse da instalação de pilaretes na Praça Joaquim António de Aguiar, na cobrança de
14 coimas, qual a receita que o estacionamento gera na Cidade, quais são os planos que
15 tem para o futuro, todas aquelas coisas que ficaram ao seu critério e liberdade para os
16 encantar com o que tem para lhes dizer, passado um ano de todas aquelas perguntas.

17
18 **O Presidente da Câmara** em relação às questões que o deputado Natanael colocou,
19 disse que se estava a falar em termos de mobilidade, teriam todo o gosto de discutir ali
20 o Plano Integrado de Mobilidade, que é isso que está em linha de conta.

21
22 Quanto a questões pontuais, referiu por exemplo, a questão relativa aos pilaretes que são
23 colocados onde verificam a falta de civismo e o estacionamento abusivo em cima dos
24 passeios para tentar evitar aquele tipo de situações.

25
26 Relativamente ao tarifário, recordou que é o que tem estado em vigor desde há muito tempo,
27 que valores mencionados não tem presente os montantes, mas constam quer do Relatório de
28 Gestão quer da informação que é dada à Câmara e à Assembleia relativamente à Execução
29 do Orçamento, mas se especificar exatamente as questões procuraria dispor dos números.

30
31 Em relação às coimas, mencionou que decorrem da Transferência de Competências que foi
32 efetuada, há e um ano e tal, naquela área e, portanto, começam agora a ter um histórico, que
33 não tinham, porque a questão das coimas para além daquelas que já eram levantadas em
34 termos municipais agora recebem todas as da PSP e da GNR, portanto naquele momento não
35 tem aquele histórico e esclareceu que uma parte daqueles valores, ainda que entrem na
36 Câmara, depois é entregue aos Serviços Centrais.

37
38 **O Presidente da Câmara** deu a palavra ao senhor Vice-Presidente para responder a algumas
39 das questões colocadas.

40
41 **O Vereador Alexandre Varela** confirmou que é a versão consolidada do Regulamento
42 depois de ter passado pela discussão pública.

43 Quanto às questões foram colocadas pelo deputado Gonçalo Costa, começou por esclarecer
44 que remetem o horário de funcionamento para decisão na Câmara Municipal porque poderão
45 haver algumas alterações pontuais em função dos equipamentos que possam lá estar, ou não
46 e lembrou que naquele momento o Parque de estacionamento funciona até às 02:00 da
47 manhã, há um período noturno em que não está a funcionar, portanto o que pretendem é que
48 assim que tenham, e estão a preparar o procedimento para aquisição, os equipamentos de
49 controle de acesso, com tecnologia mais recente, possam ter aquele Parque a funcionar 24
50 horas por dia, que esse é o objetivo, mas que vai depender das condições materiais para
51 permitir, ou não, aquele funcionamento.

1 Em relação à questão dos postos de carregamento para viaturas elétricas, vão depender
2 também do próprio interesse que possa existir a partir de privados que naquele momento
3 estão a ocupar lugares em concessão, como como tem acontecido e ainda recentemente foi
4 criado mais um posto de carregamento elétrico, portanto, é perfeitamente possível.

5
6 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do senhor Presidente,
7 Vice-Presidente e dos eleitos e não verificando mais pedidos, submeteu o Regulamento do
8 Parque de Estacionamento Municipal da Praça Joaquim António de Aguiar, a votação.

9
10 **Deliberação do Regulamento do Parque de Estacionamento Municipal da Praça**
11 **Joaquim António de Aguiar:**

12 **Aprovado, por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

13
14 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao ponto 5.

15
16 **5. Autorização Prévia dos Investimentos a financiar por recurso a**
17 **Empréstimo de Médio e Longo Prazo;**

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

20
21 **O Presidente da Câmara** começou por lembrar que durante muitos anos, face à situação
22 da Câmara, não era possível utilizar o financiamento por empréstimo bancário, que aquela
23 situação só ficou resolvida em 2020 e que só recentemente passaram a ter capacidade
24 suficiente de endividamento para poder recorrer a aquele tipo de financiamento.

25
26 Esclareceu que o que estão a procurar, naquele momento, é poder ter a possibilidade de
27 utilizar aquela forma de financiamento, que não precisa de alterações Orçamentais porque
28 está previsto numa rubrica própria que é a de Receitas Correntes, e só quando estiver
29 contratado é que entra nos passivos financeiros.

30
31 Realçou que o que estão a solicitar não é ainda a contratação de empréstimo, o que estão a
32 solicitar é a possibilidade de identificar as obras que podem vir a ser objeto de financiamento
33 por empréstimo bancário, e salientou que o empréstimo só chegará depois, se se aceitar que
34 aquelas obras venham ser financiadas por empréstimo bancário então desenvolver-se-á o
35 processo de consulta, o caderno de encargos com as condições próprias e depois a Câmara
36 avaliará, face às propostas que eventualmente receber se sim ou se não e que a Assembleia
37 Municipal também terá que se pronunciar sobre a questão do empréstimo.

38
39 Reforçou que o que estão a decidir não é a contração do empréstimo, o que estão a decidir é
40 se a Assembleia dá ou não a sua autorização prévia para que possam considerar aqueles
41 investimentos como passíveis de serem financiados por recurso à contratação de empréstimo
42 bancário e informou que estão a falar num montante global na ordem dos 3 milhões de euros,
43 que seriam dedicados para as áreas da Rede Viária e da Rede de Abastecimento de Água e
44 Saneamento, nomeadamente as questões da requalificação entre a Rotunda da Rua Horta das
45 Figueiras e a Rotunda do PITÉ no valor de 625 mil euros mais iva, a reabilitação dos troço
46 da variante à Cidade de Évora no valor de 780 mil euros mais iva, a remodelação e ampliação
47 das redes de água e saneamento no valor de 850 mil euros mais iva, nomeadamente propõem
48 a intervenção em São Manços para um conjunto de ruas onde têm que intervir, a instalação
49 de rede de abastecimento de água na Sisuda e na Garraia, que ainda está pendente de uma
50 relação com a IP, e também na Avenida Leonor Fernandes e na Rua Celestino David que é
51 uma das prioridades que têm no imediato e na Rede Viária a reabilitação da M534, a

1 conservação de pavimentos com micro aglomerado frio sobretudo nas zonas urbanas, a
2 intervenção na Estrada das Salvadas e a pavimentação do Caminho Municipal 1086.

3
4 Concluiu reforçando que o que estão a propor naquele momento é exatamente que a
5 Assembleia considere, ou não, a autorização prévia para que aquelas obras possam ser
6 ponderadas para um eventual empréstimo bancário,

7
8 **O deputado Paulo Ribeiro** disse que sobre aquele pedido de autorização o Movimento
9 Cuidar de Évora compreende o que está subjacente àquele tipo de pedido mas para espelhar
10 um pouco melhor a forma como pensam e a forma como encaram aquele pedido considerou
11 que têm que começar por fazer uma comparação entre o privado e o público e verificam,
12 por exemplo, que as empresas enfrentam enormes desafios, num mundo globalizado, numa
13 realidade em constante mudança e num contexto internacional desafiante, que são inúmeros
14 os conceitos que entraram no léxico hoje em dia, economia circular, desenvolvimento
15 sustentável, agora a nova sigla “Environmental Social Governance” que sem aquela insígnia
16 as empresas não conseguem aceder, por exemplo, ao chamado “Mercado de dívida verde”,
17 e fazendo o contraponto ao analisar os documentos verificaram que a gestão continua com
18 um défice estrutural, com um desequilíbrio crónico e aquilo que o Movimento Cuidar de
19 Évora defende naquele ponto é uma convergência entre a receita e a despesa.

20 Aludiu que ainda há pouco tempo verificaram numa entrevista do Professor Dr. Ricardo
21 Reis, Professor português da London Business School, ao Jornal de Negócios e ao Expresso,
22 que mencionava, por exemplo, que o nosso País poderia ter feito aquilo que se chama “uma
23 troca de dívida” que permitiria poupar milhares de milhões de euros, e questionaram-se se
24 não o poderiam ter feito naquela altura em detrimento de o estarem a fazer agora, portanto,
25 é no contexto adverso, com as taxas de juro em níveis máximos históricos, que se pretende
26 solicitar um empréstimo bancário e, por conseguinte, acreditam que não seja o melhor dos
27 timings e que não deixa grande margem caso haja um cenário, e esperam que não, de extrema
28 necessidade. Acrescentou que quer o Banco Central Europa, quer a Reserva Federal Norte
29 Americana já informaram que até o final do presente ano voltarão, pelo menos, a existir
30 aumentos das respetivas taxas diretoras, portanto, pesando tudo, pesando o contexto
31 económico, pesando a nossa situação financeira, irão abster-se em consonância com a
32 posição que foi a da sua vereadora, Dra. Florbela Fernandes, em sede da reunião de Câmara.

33
34 **O deputado Francisco Figueira** começou por dizer que iniciaram aquela sessão da
35 Assembleia Municipal com a discussão de uma Recomendação da sua Bancada
36 relativamente à gestão Orçamental desta Câmara Municipal e fez notas que a Câmara
37 apresentou aquela proposta à Assembleia Municipal 6 meses depois da aprovação do
38 Orçamento que está em curso e 60 dias antes da data em que tem que apresentar a proposta
39 do Orçamento para o ano que vem e que grande parte das obras que estão previstas não
40 discutem a bondade delas e tanto assim é que elas já estavam previstas nas Grandes Opções
41 do Plano algumas em 2022 e todas elas para 2023, sucede que o Orçamento 2023 não previa
42 o financiamento que é agora ali apresentado.

43 Lamentou que o Partido Socialista tenha aderido àquele ato de má gestão financeira, que é
44 um mau princípio, e quando há pouco o senhor Presidente apelava, e bem, e outras bancadas
45 falaram sobre que tinham que ter um espírito de compromisso, que tinham que procurar
46 convergências para garantir a governabilidade da Câmara e que da parte deles podem contar,
47 não contam da parte deles é para aquilo, porque o que ali está é um cheque em branco à má
48 gestão financeira da CDU, e o partido socialista pode entender, e provavelmente fá-lo-á no
49 seguimento da posição que teve na reunião de Câmara e fá-lo-á com toda a legitimidade
50 democrática, porque passar um cheque em branco à má gestão financeira da CDU,
51 transformar-se-á, e lamentou dizê-lo, no PEV do Partido Comunista Português.

1 Apelo que todos tivessem o máximo de responsabilidade porque a Cidade de Évora espera
2 que a Câmara responda de outra forma aos anseios das populações, ouviu e ouvem em todas
3 as Assembleias os deputados Municipais, os Presidentes de Junta, os deputados que não são
4 Presidentes de Junta, lamentarem as falhas e as insuficiências que se verificam na gestão do
5 Executivo Camarário e julga que compete todos serem exigentes quanto a uma forma nova
6 e diferente de gerir a Câmara, e disse que compreende que o Partido Socialista, face àquilo
7 que foi a herança dos 12 anos de gestão financeira que fez do Orçamento Municipal, sinta
8 alguma responsabilidade em aderir as soluções daquele género, mas realçou que têm que
9 entrar num novo ciclo político e que pela parte deles estão empenhados em fazê-lo.

10
11 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que sabe que o deputado Francisco Figueira é uma
12 pessoa inteligente, conhecedora e tem a perfeita noção de que não é o Partido Socialista que
13 está, naquele momento, à frente dos desígnios do Município, que o Partido Socialista desde
14 o início o que tem feito foi colocar os interesses dos Municípios à frente dos seus próprios
15 interesses partidários e que foi isso que justificou o sentido de voto da sua Bancada na
16 aprovação daquele pedido de empréstimo.

17 Mencionou que as obras que a Autarquia se propõe desenvolver são estruturais e são
18 importantes para as populações abrangidas, portanto, o que o Partido Socialista em
19 consciência fez foi disponibilizar à Câmara Municipal os meios de que necessita para
20 resolver os problemas da população e, daquele ponto de vista, justificou o posicionamento
21 do seu Partido relativamente àquele ponto da Ordem de Trabalhos e que os fez votar da
22 mesma forma que os Vereadores do Partido Socialista na reunião de Câmara Municipal.

23 Salientou que, obviamente, também têm consciência que a gestão Municipal que o Executivo
24 do PCP tem feito não é aquela que gostariam porque, como desde há muito tempo têm
25 falado, a desculpa da dívida, e que já foi debatida variadíssimas vezes, tem servido para a
26 não concretização e não resolução de um conjunto estrutural de problemas com os municípios
27 separam diariamente e, portanto, perante uma solicitação daquela natureza que terá como
28 finalidade a resolução de problemas com as populações de debatem diariamente, obviamente
29 que o Partido Socialista coloca os interesses das populações acima dos interesses partidários
30 e é naquele sentido que viabiliza aquela proposta, que vai votar favoravelmente aquela
31 proposta.

32
33 **O deputado Francisco Figueira** realçou que foi exatamente por colocarem os interesses
34 das populações à frente dos interesses partidários que, orgulhosamente, votaram contra
35 aquela proposta e fez notar à cidade e aos deputados Municipais, e que consta daquela
36 certidão, que o rigor é tão grande que a soma dos valores das obras que lá estão não chegam
37 aos 3 milhões de euros, perfazem 2 milhões e 755 mil euros, também no quadro 1 se vê que
38 entre a Receita corrente líquida do ano de 2020 para o ano de 2022 há uma diferença para
39 mais de 11 milhões de euros, portanto, há desde logo uma falta de justificação para 245 mil
40 euros, de facto querem mais, entendem que não há rigor, que aquela não é a forma correta
41 de gerir financeiramente a Câmara Municipal e solidarizou-se com as populações de São
42 Manços, da Avenida Leonor Fernandes, com todas as populações que beneficiariam daquele
43 empréstimo.

44 Em relação à intervenção do deputado Gonçalo Costa, disse que radica num erro de base,
45 porque há um Orçamento aprovado que está em curso, que foi aprovado há menos de 6
46 meses, que já previa todas aquelas obras, mas não estavam orçamentadas, portanto, aquele
47 Orçamento não contou com o voto da sua Bancada, que votaram contra, porque se não estão
48 orçamentadas é porque o Orçamento não foi feito de forma correta. Pediu desculpa daquela
49 intervenção um pouco massuda quanto aos números, mas, de facto, estudar os números e
50 fazer o trabalho de casa às vezes faz um bocadinho de diferença e é preciso que a Cidade de
51 Évora compreenda o tipo de gestão a que estão entregues.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51

O deputado Gonçalo Costa pretendeu acrescentar à sua intervenção anterior que as contas do senhor deputado Francisco Figueira ficarão com ele, e que quando os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente aquela proposta em reunião de Câmara, não o fizeram de animo leve, fizeram-no de uma forma responsável e, inclusivamente, fizeram uma Declaração de Voto em que foi solicitado que o senhor Presidente da Câmara de Évora desse uma garantia que a contratação daquele empréstimo não iria originar maior aumento do indevidamente bancário no final do exercício de 2023.

Relembrou que também foi instado o senhor Presidente para que aquele empréstimo servisse como uma alavanca financeira, para que, sempre que possível, todas as obras abrangidas por aquele empréstimo pudessem vir a ser financiadas por Fundos Europeus, portanto, quando o Partido Socialista votou favoravelmente aquela proposta não o fez de animo leve, fê-lo com o sentido de responsabilidade que a própria Declaração de Voto dos seus eleitos o demonstra, mas sempre colocando os interesses das populações que vão ser beneficiadas por aquelas intervenções estruturais em primeiro plano, porque o que os move é resolver os problemas das pessoas, é contribuir de uma forma ativa para que a vida dos Eborenses melhore.

O deputado José Figueira disse que ouvindo a intervenção do senhor Francisco Figueira, só o poderia desculpar porque só está naquele mandato e desconhece, ou pelo menos não conhece, o que é que se está a passar na Câmara Municipal, os mecanismos que derivaram do que foi decidido, até pelo Governo na altura, sobre a situação financeira que a Câmara Municipal de Évora tinha, e não foi só a questão do endividamento que foi uma parte do problema mas também a questão do Programa de Apoio à Economia Local que cerceou a autonomia política, administrativa e financeira do Município e que, como foi dito pelo senhor Presidente, a situação só ficou, de certa forma, sem aquelas amarras a partir do ano de 2020. Considerou que, por outro lado, o que estava ali colocado era uma autorização prévia, nem sequer era uma contratação de qualquer empréstimo como na própria Certidão que receberam para deliberação está referido o compromisso de que poderão ser substituídos aqueles empréstimos por eventuais a candidaturas a Fundos Comunitários se houverem programas para aquele fim mas sabem que não há no presente Quadro Comunitário de Apoio os Fundos Comunitários para a Rede Viária e as questões de Águas e Saneamento.

Recordou que no próximo Quadro Comunitário de Apoio, o que tem já está alocado a projetos que naquele Quadro não foram considerados por falta de meios financeiros a nível Nacional, e que a nível Regional a situação ainda era muito pior do que a que existia a nível Nacional, para além de outras questões que poderiam enunciar. Referiu que ao lerem a Declaração de Voto dos Vereadores do PSD na Câmara Municipal verificaram que o que ali estava era o programa Eleitoral do PSD como fundamento de votarem contra, o que já foi a atitude em relação ao Orçamento, numa situação de pré-campanha eleitoral desde há muito tempo e por isso, embora façam declarações de princípios, estão muito pouco preocupados com as populações, estão muito mais preocupados com a sua posição política ou partidária, o que não era nada de novidade pois já era há muito expectável, e informou que a CDU irá votar favoravelmente aquela Autorização Prévia.

A deputada Paula Pita começou por dizer que ouviu com muita atenção o que o senhor Presidente da Câmara disse sobre os 3 milhões de euros e também que não é a contratação de um empréstimo, mas para que a Assembleia Municipal dê um parecer prévio para que a Câmara possa recorrer ao empréstimo bancário para fazer investimento, é a autorização prévia para que aquelas obras possam vir a ser objeto de financiamento por empréstimo bancário. Referiu que estava a ver que aquelas primeiras obras que já estavam a decorrer, a da Horta das Figueiras, a da Rotunda, as das variantes, e questionou que se já estão a decorrer, aquele primeiro investimento não é investimento, é para pagar a dívida das obras

1 que já estão a decorrer e pareceu-lhe que o que se pretende é pagar a dívida de obras que já
2 estão a decorrer, que não houve dinheiro no Orçamento, ou de outro lado qualquer, para que
3 elas fossem evoluindo, portanto, se a sua ideia estiver certa quer dizer que é menos de metade
4 do que é para o investimento verdadeiro.

5
6 **O deputado Francisco Brito** questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre
7 quantas vezes nos últimos 10 anos é que se referiu ao PAEL e ao endividamento da Câmara
8 Municipal como um instrumento de má gestão financeira e que registou também, com
9 alguma perplexidade, a intervenção do senhor eleito José Figueira que, com alguma
10 contorção, conseguiu falar sobre o período do PAEL sem se referir ao PS, mas referindo o
11 Governo de então, porque nas últimas Assembleias, nos últimos Mandatos, têm visto sempre
12 a posição da CDU a criticar o PS pelo endividamento da Câmara de Évora, mas o PS
13 endividou-se para fazer algumas obras na cidade, não sabe se considerará que foram
14 investimentos para a cidade ou se foram para cumprir os básicos, porque são os básicos que
15 naquele momento estão na base daquela proposta, portanto, estão a falar de comprar
16 aglomerados para tapar buracos que passado do mês já não existem nos buracos e os buracos
17 estão lá, estão a falar de fazer obras que já deveriam ter acontecido há cinco ou seis anos
18 atrás, ou mais, estão a falar do básico que a Câmara deveria fazer, estão a falar da Câmara
19 Municipal de Évora se endividar para cumprir os básicos.

20
21 **O deputado Natanael Vinha** considerou que a discussão daquele ponto, para além da
22 questão do empréstimo ou não, é muito interessante porque lhes mostra duas formas
23 diferentes de fazer a oposição, uma delas é não deixando fazer nada e outra é tentando obrigar
24 a que façam alguma coisa, e disse que no Partido Socialista vão continuar a usar a segunda
25 opção que é tentar obrigar o Executivo a ir fazendo alguma coisa, porque se é para cuidar de
26 Évora absterem-se é que não.

27
28 **O deputado Francisco Figueira** pretendeu registar sem estupefação, mas com tristeza, que
29 a intervenção do deputado José Figueira em nenhum momento se referiu ao aumento de 11
30 milhões de euros de receita líquida cobrada, mas bem o percebe porque aqueles 11 milhões
31 de euros foram retirados aos impostos e às taxas que os Eborenses pagaram à Câmara
32 Municipal e, portanto, não dá jeito referir aquilo porque pretendem endividar a Câmara mais
33 para continuar a carregar em cima dos mesmos, para depois dizerem, como há pouco disse,
34 que é o Estado como se a Autarquia fosse uma entidade privada ou fosse uma associação de
35 direito privado e, portanto, registou aquela situação com alguma tristeza, e há depois uma
36 questão que o deixa ali perplexo naquela proposta do Executivo CDU que é o tema da
37 Garraia, tanto quanto julga saber as populações da Garraia pagaram do seu bolso a obra da
38 rede de saneamento, ou irão pagar porque é esse o acordo que tem com o Executivo, pode
39 estar enganado se estiver pediu esse esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, e vem
40 ali pedir dinheiro para pagar para pagar uma obra que supostamente os moradores acordaram
41 com a Câmara serem eles a pagar.

42
43 **O deputado Paulo Ribeiro** disse que o Movimento de Cuidar de Évora não iria comentar
44 tomadas de posição de outros partidos, são deputados Municipais não são comentadores, não
45 são opinião “makers”, por conseguinte entendem que cada força política tomará a decisão
46 que entender e dará o seu devido sustentáculo à posição que adotar, assim também o farão
47 ao se absterem e que a Declaração de Voto expõe aquilo que entendem ser uma visão global
48 de Cidade, aquilo que preconizam em termos de desenvolvimento da Cidade.

49
50 **O Presidente da Câmara** começou por referir que todos os indicadores económicos e
51 financeiros do Município registraram evoluções positivas dentro dos parâmetros legais nos

1 últimos anos, que o Município não está em déficit estrutural nem desequilíbrio estrutural e
2 deixou clara aquela situação porque está traduzido nos documentos apresentados.

3
4 Sobre a questão do limite de endividamento, disse que desde 2013 até ao momento vêm
5 resolvendo o problema da capacidade de endividamento porque não era possível fazer
6 financiamento sem resolver o problema da capacidade de indevidamente, que a capacidade
7 de endividamento ultrapassava em 32 milhões e 500 mil euros, que era conhecida a situação,
8 e que só a partir de 2020 aquela situação foi possível de alterar, referido de outra maneira,
9 só a partir de 2020 passaram a ter a capacidade para poder recorrer a empréstimos bancários.

10
11 Em relação à questão da dívida, referiu que quando estão a dizer que vai aumentar, não vai
12 aumentar porque têm um compromisso de que a dívida continuará a ser reduzida, apesar de
13 proporem a eventualidade de recorrerem a um empréstimo de 3 milhões de euros, garantem
14 que no mesmo período, conforme um eventual empréstimo possa entrar ou não, haverá a
15 amortização da dívida bancária que em 2023 será de 4 milhões de euros e em 2024 será de
16 4 milhões e 100 mil euros, portanto a dívida diminuirá apesar de irem buscar o eventual
17 endividamento, mas o que é fato é que continuará a diminuir e esse foi um compromisso que
18 assumiram. Esclareceu que a Lei não lhes permite inscrever no Orçamento Municipal, na
19 rubrica de empréstimos a curto prazo valores que não estejam contratados e, portanto, têm
20 que ser registados na conta de Receitas Correntes, o que é referido expressamente no
21 Relatório de Enquadramento das Opções do Plano e do Orçamento, portanto, não há
22 necessidade de fazer nenhuma alteração ao Orçamento uma vez que essa situação já está
23 salvaguardada.

24
25 Acerca da questão do PAEL, lembrou que o PAEL transformou a dívida de curto prazo
26 em dívida de médio e longo prazo, que foi uma substituição da dívida e que o problema
27 foram as condições políticas que foram impostas, nomeadamente a Câmara não podia baixar
28 os impostos, tinham que ter tudo o que eram impostos, taxa, tarifas e preço nos valores
29 máximos pois era que o PAEL dizia e era contra aquilo que estavam, só quando liquidaram
30 o PAEL é que começaram a diminuir os valores, portanto que fique bem claro.

31
32 No que diz respeito aos 11 milhões de euros referidos pelo deputado Francisco Figueira,
33 esclareceu que estão ligados às Transferências de Competências e quando fala naquele valor
34 tem que saber a que é que se refere porque não tem a ver com os impostos que são cobrados
35 aos Eborenses.

36
37 Concluiu dizendo que o PSD continua a dizer que a Câmara não responde às questões, mas
38 quando a Câmara responde às questões estruturais, o PSD retira-se da situação, portanto, fica
39 responsabilizado por não querer acompanhar as obras que são necessárias à vida dos
40 Eborenses, tem que assumir aquela responsabilidade dessa forma e não dar a cambalhota
41 para dizer que afinal é preciso, mas não daquela maneira e que tem de ser de outra maneira
42 qualquer.

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do senhor Presidente e
45 dos eleitos e não verificando mais pedidos, submeteu a Autorização Prévia dos
46 Investimentos a financiar por recurso a Empréstimo de Médio e Longo Prazo, a votação.

47
48 **Deliberação da Autorização Prévia dos Investimentos a financiar por recurso a**
49 **Empréstimo de Médio e Longo Prazo:**

1 **Aprovada, por maioria, com 24 votos a favor (13 do PS, 8 da CDU, 1 do BE, 1 do MMPI**
2 **e 1 do MICAZA), 6 votos contra (5 da Coligação Mudar Com Confiança e 1 do Chega)**
3 **e 3 abstenções do MCE.**

4
5 **Declaração de Voto do CHEGA:**

6 *“Este executivo sempre se autoproclamou como o executivo das contas certas e que não se*
7 *podia gastar mais do que se tinha, como as eleições estão à porta e como a CDU sabe que*
8 *as vai perder quer começar a endividar-se e quem vier a seguir que pague.*

9 *O CHEGA é apologista de se fazer as obras com o dinheiro do orçamento anual, se*
10 *começarmos na política de empréstimos isto será mais do mesmo, além disso com os juros*
11 *altos como estão, contrair um empréstimo será um problema num futuro próximo para todos*
12 *os Eborenses.*

13 *A situação financeira não é a melhor a dívida está ainda muito alta, neste momento um*
14 *empréstimo irá perpetuar a dívida, no qual os Eborenses não poderão ver alívios fiscais*
15 *num futuro próximo.*

16 *Por estas razões o CHEGA vota contra.”*

17
18 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao ponto 6.

19
20 **6. Relatório de Avaliação Final do Plano Municipal para a Igualdade e Não**
21 **Discriminação (para conhecimento);**

22
23 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

24
25 **O Presidente da Câmara** lembrou que o Relatório foi distribuído para conhecimento e se
26 houvesse alguma questão que quisessem colocar, estava à disposição para poder abordar
27 todas as questões.

28
29 **A deputada Paula Pita** disse que não é contra o que está escrito no Relatório, considerou
30 que até está muito bem escrito, mas que tem a ver com uma questão formal que é o não
31 pagnar, o não organizar o texto como deve ser, o que faz com que se percam, por exemplo,
32 se disser para ir à página 20 ler o que lá está escrito têm que folhear as folhas uma a uma, e
33 observou que no tempo que estão já podiam utilizar as tecnologias exatamente para facilitar
34 a operacionalização dos documentos.

35
36 **A deputada Paula de Deus** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre como é que
37 pretende executar o Plano não se conhecendo um Orçamento que esteja associado nem qual
38 é a estratégia. Relativamente às questões da Igualdade, referiu que está previsto existir um
39 Conselheiro Local para a Igualdade, mas não veem porque é que não há de ser de dentro da
40 própria Câmara nomeada a pessoa, mas de qualquer forma seja a pessoa ou seja a figura em
41 si, também era uma matéria que gostavam de compreender qual é a abordagem que a Câmara
42 tem para aquela matéria e perguntou se alguma vez o Município equacionou, ou se já o fez,
43 a candidatura ao Prémio da Comissão para a Igualdade de Género, que se destina
44 precisamente às boas práticas nos Municípios.

45 Reforçou o pedido da Assembleia ser informada da situação que acontece no Concelho
46 relativamente à violência doméstica, que em princípio estará a ser monitorizada pelo
47 Conselho Municipal de Segurança, que tem desde 2015 as competências naquela matéria,
48 que é uma situação muito grave em Portugal e igualmente no Alentejo, expressou aquela
49 preocupação porque está associada às questões da igualdade de género e solicitou que o
50 senhor Presidente informe sobre a situação relativamente à violência de género no Concelho
51 de Évora, mais concretamente em relação às mulheres.

1 **O Presidente da Câmara** esclareceu que o Relatório foi feito por uma entidade externa,
2 exatamente para poderem ter uma visão externa que permita olhar o que corre bem e o que
3 corre menos bem no Plano. Considerou que foram muito assertivos relativamente ao
4 Relatório e estão muito satisfeitos por aquela situação, mas a questão é se devem ter um
5 Orçamento consignado àquela questão ou não, portanto têm o Orçamento espalhado pelas
6 várias Rúbricas Orçamentais, ou seja, a concretização Orçamental daquelas medidas está
7 garantida mas não está é autonomizada relativamente às Rubricas do Orçamento, e disse que
8 não sabe se valerá a pena fazer aquela autonomização ou não, embora uma das questões que
9 é apontada é exatamente que poderá haver vantagens naquela autonomização, mas vão
10 avaliar a situação porque o Relatório também pode fazer o levantamento das questões
11 orçamentais mesmo quando elas não estejam autonomizadas.

12
13 Sobre os Conselheiros Locais, informou que são um externo e um interno com dois técnicos
14 a acompanhar, que internamente é Dra. Cristina Bernardo que é Chefe de Divisão de Gestão
15 Pessoal e externamente é a Dra. Rosalina Costa que é Professora da Universidade de Évora.
16 Em relação às questões dos prémios, confessou que não gosta muito dessas questões dos
17 prémios em geral, porque as práticas dos prémios não são o melhor, não sabe se houve
18 alguma proposta para concorrer ao prémio, mas julga que não, também não têm
19 obstaculizado quando os serviços propõem, mas que tomem a iniciativa não têm esse hábito.

20
21 Relativamente às questões da violência doméstica, disse que as situações estão a ser
22 acompanhadas também na Rede Social e com as Forças de Segurança, com quem reúnem
23 periodicamente e fazem o ponto de situação, mas naquele momento não consegue dar os
24 números que lhes são fornecidos regularmente, em particular pelas Forças de Segurança, e
25 também não sabe se têm alguns dados da Segurança Social.

26
27 **A deputada Paula de Deus** disse que aquela recomendação já tinha sido feita e vão
28 novamente insistir porque sendo o senhor Presidente da Câmara também o Presidente do
29 Conselho Municipal de Segurança que tem o dever de observar a evolução, infelizmente a
30 tendência tem se mantido e às vezes até agravado no Concelho, e que numa próxima reunião
31 da Assembleia Municipal, enquanto Presidente do Conselho de Segurança, lhes apresente
32 aquilo que tem sido a evolução, e não a situação do momento, da violência doméstica no
33 Concelho, as medidas que têm sido tomadas e estratégias de prevenção que estão em curso
34 no Conselho Municipal de Segurança em particular, onde estão as entidades que em princípio
35 tem a mais alta competência para monitorizar aquela situação.

36
37 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao ponto 7.

38 39 **7. Relatório Trimestral de Gestão e de Execução Orçamental | 1º trimestre de** 40 **2023 da Habévora (para conhecimento);**

41
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

43
44 **O Presidente da Câmara** recordou que também naquele caso o Relatório foi distribuído
45 para conhecimento e se houvessem algumas questões a colocar estava à disposição.

46
47 Não se verificando pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**
48 informou que passam ao ponto 8.

49 50 **8. 14º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro | junho de** 51 **2023 (para conhecimento).**

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

2
3 **O Presidente da Câmara** referiu que aquele relatório é habitualmente apresentado de seis
4 em seis meses, e disse que têm cumprido o Plano de Saneamento Financeiro, com um
5 desfasamento que tem a ver com o início do Plano como é conhecido, mas têm cumprido os
6 indicadores, portanto, é para dar conhecimento do Relatório à Assembleia.

7 8 **IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

9
10 **O Presidente da Assembleia Municipal** informando o início do segundo período de
11 intervenção do público, questionou se alguém pretendia intervir. Verificando não haver
12 pedidos, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a Ordem de Trabalhos.

13 14 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

15
16 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta vai ser lida pela 2ª
17 Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

18
19 *“Aos 29 dias do mês de setembro 2023, pelas 21 horas, na Sala de reuniões da CIMAC, reuniu a*
20 *Assembleia Municipal de Évora em Sessão Ordinária, tendo deliberado o seguinte:*

21 *Foi aprovado por maioria a proposta de criação da Assembleia Municipal Jovem.*

22 *Foi aprovado por maioria a ratificação da designação dos representantes das Juntas e Uniões de*
23 *Freguesias ao 26º Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.*

24 *Foi aprovado por unanimidade o Regulamento do Parque de Estacionamento Municipal da Praça*
25 *Joaquim António de Aguiar.*

26 *Foi aprovado por maioria a Autorização Prévia dos Investimentos a financiar por recurso a*
27 *Empréstimo de Médio e Longo Prazo.”*

28
29 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Ata em minuta.

30
31 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as
32 deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei nº
33 75/2013, de 12 de setembro.

34
35 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
36 terminada a Sessão pelas uma hora e vinte e cinco minutos do dia seguinte, da qual para
37 constar se elaborou a presente Ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

38
39
40 **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

41
42
43
44 _____
45 *Jorge Quina Ribeiro de Araújo*

46
47 **O 1º SECRETÁRIO**

A 2ª SECRETÁRIA

48
49
50 _____
51 *Ananias Quintano*

_____ *Maria da Nazaré Lança*